

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processos Administrativo nº 2502001/2026/SUPRI

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar — ETP, elaborado para subsidiar a instrução do processo licitatório destinado à Aquisição de Máquinas e Veículos Pesados (Convênio), visando atender às demandas das Secretarias SEMOB e SEMADA.

### 1. ÓRGÃO DEMANDANTE:

**Órgão/Entidade:** SEMOB e SEMADA.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decreto Municipal nº 017/2024, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei complementar nº 123/2006 e alterações posteriores. Este documento busca centralizar e justificar informações referentes ao planejamento da licitação em questão. Ao longo deste estudo serão abordados pontos pertinentes à tramitação e soluções que sejam vantajosas à administração.

*Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)*

#### 2.1. NATUREZA DOS BENS

Os itens referentes a aquisição em tela que compõem o objeto a ser contratado é caracterizado **bens comuns**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

O objeto a ser contratado é caracterizado como bens comuns **de material permanente** de que trata a Lei nº 14.133/2021. Portanto, a definição de “bens comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este, também, o entendimento do Tribunal de Contas da União.

Esta aquisição apresenta características fornecimento de material permanente (**durável, não consumível, e passa a integrar o patrimônio**), desta forma está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

#### 2.2. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

A presente aquisição possui natureza de **fornecimento não continuado**, estando, portanto, devidamente amparada pelas disposições do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de contratação de fornecimento não continuado, sem caráter de monopólio, com vigência de 12 (doze) meses, não havendo, assim, possibilidade de renovação dos quantitativos.

### **3. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL**

Nos termos do art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá elaborar Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. Além disso, o art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório deve ser compatibilizada com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias.

No presente caso, a demanda referente à aquisição de máquinas, veículos e implementos, encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, constante no **Anexo I – Planilha do Plano de Contratações Anual 2026, especificamente na página 12, itens 41 e 24**, o qual está devidamente publicado no Portal da transparência do Município de Castanhal/PA.

Dessa forma, verifica-se que a presente contratação está alinhada ao planejamento anual da Administração Municipal, demonstrando compatibilidade entre a necessidade pública identificada, a programação das contratações para o exercício de 2026 e a finalidade prevista no Convênio, fortalecendo a governança, a previsibilidade das aquisições e a adequada gestão dos recursos públicos.

Assim, a previsão da demanda no PCA 2026 evidencia o atendimento ao princípio do planejamento, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como contribui para a transparência, organização e eficiência do processo de contratação pública.

### **4. MOTIVAÇÃO/OBJETIVO**

A presente contratação tem como motivação o cumprimento do Convênio nº 003/2026 – SEDAP, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e o Município de Castanhal/PA, conforme publicação anexada aos autos, vinculada ao Processo nº 2026/2414206, cujo objeto consiste na aquisição de veículos e implementos para o Município de Castanhal/PA.

A execução do Convênio nº 003/2026 – SEDAP visa fortalecer a estrutura operacional do Município, possibilitando a aquisição de máquinas, veículos e implementos destinados ao atendimento das demandas públicas locais, especialmente aquelas relacionadas às atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB e pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

Nesse sentido, a contratação objetiva garantir melhores condições para a execução dos serviços públicos municipais, contribuindo para o aprimoramento das ações de infraestrutura, apoio operacional, manutenção urbana e demais atividades de interesse coletivo, em benefício da população de Castanhal/PA.

Dessa forma, o presente procedimento busca viabilizar a regular aquisição dos bens necessários ao atendimento da finalidade pactuada no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, observando o interesse público, o planejamento da contratação e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **5. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO)**

A presente contratação, vinculada ao Processo Administrativo nº 2502001/2026/SUPRI e ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e o Município de Castanhal/PA, tem como finalidade enfrentar a insuficiência de máquinas, veículos pesados e implementos disponíveis para atender, de forma adequada e contínua, às demandas operacionais do Município.

A limitação da frota e dos equipamentos próprios compromete diretamente a capacidade da Administração Municipal de executar serviços essenciais de infraestrutura, manutenção urbana e apoio às áreas rurais, especialmente aqueles vinculados às atividades da SEMOB e SEMADA.

Essa realidade afeta o interesse público, pois interfere na qualidade dos serviços prestados à população e reduz a eficiência da resposta do Poder Público às necessidades cotidianas da cidade.

No contexto municipal, a ausência ou insuficiência de caminhões, tratores, implementos e demais equipamentos adequados pode ocasionar:

- **Prejuízo à trafegabilidade e à mobilidade urbana e rural:** a dificuldade de manutenção de ruas, vias públicas e estradas vicinais contribui para a formação de buracos, trechos deteriorados, áreas de difícil acesso e desgaste acelerado da malha viária, impactando o deslocamento de moradores, transporte escolar, transporte público, mototáxis, ambulâncias, viaturas e demais serviços essenciais.
- **Aumento de riscos à segurança da população:** vias sem manutenção adequada, com erosões, desníveis, buracos, atoleiros e acúmulo de resíduos, elevam a possibilidade de acidentes envolvendo pedestres, motociclistas e condutores de veículos, além de gerarem danos materiais aos cidadãos, como avarias em pneus, suspensão e demais componentes dos veículos.
- **Dificuldade na execução de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos:** a necessidade de equipamentos apropriados para apoio à limpeza pública, coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos impacta diretamente a salubridade dos espaços urbanos, a conservação das vias e a qualidade ambiental do Município.
- **Maior vulnerabilidade em períodos chuvosos:** a ausência de maquinário suficiente para ações preventivas e corretivas de limpeza, desobstrução, recomposição de vias e manutenção de áreas críticas pode agravar problemas como alagamentos, erosões, deterioração de ruas e prejuízos à circulação de pessoas e veículos.
- **Comprometimento do atendimento às comunidades rurais e periféricas:** estradas vicinais e áreas mais afastadas dependem de manutenção periódica para garantir acesso a escolas, unidades de saúde, transporte de insumos, escoamento da produção local e circulação segura da população. A insuficiência de equipamentos dificulta a presença efetiva do Poder Público nessas localidades.

- **Demora no atendimento de demandas emergenciais e rotineiras:** sem frota e maquinário compatíveis com as necessidades do Município, serviços como recuperação de trechos críticos, retirada de entulhos, apoio a obras, terraplenagem, roçagem e manutenção de vias podem sofrer atrasos, ampliando transtornos à população e aumentando o desgaste da infraestrutura pública.

Diante desse cenário, a aquisição de máquinas, veículos pesados e implementos, conforme previsto no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, representa medida necessária e de relevante interesse público, pois busca ampliar a capacidade operacional do Município de Castanhal/PA, permitindo a execução de serviços com maior regularidade, eficiência e alcance.

Assim, a problemática a ser resolvida consiste na necessidade de dotar o Município de estrutura operacional adequada para atender às demandas de infraestrutura, mobilidade, limpeza urbana, manutenção de vias e apoio às comunidades, garantindo melhores condições de prestação dos serviços públicos e promovendo benefícios concretos à população castanhalense.

## **6. RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação decorrente do Convênio nº 003/2026 – SEDAP, vinculado ao Processo nº 2026/2414206, pretende-se alcançar resultados concretos voltados ao fortalecimento da capacidade operacional da Administração Pública Municipal, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB e Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário - SEMADA, por meio da aquisição de máquinas, veículos pesados e implementos destinados ao atendimento das demandas públicas do Município de Castanhal/PA.

Espera-se, como resultado principal, ampliar a capacidade de execução dos serviços municipais relacionados à infraestrutura urbana e rural, proporcionando maior eficiência operacional, agilidade no atendimento das demandas e melhoria contínua na prestação dos serviços públicos, especialmente aqueles voltados à manutenção e recuperação de vias, apoio à limpeza urbana, terraplenagem, transporte de materiais, apoio às comunidades e demais atividades de interesse coletivo.

A disponibilização de máquinas, veículos e implementos adequados deverá contribuir para o melhor planejamento das ações executadas pela SEMOB e SEMADA, permitindo maior controle da utilização dos equipamentos, organização das frentes de trabalho e aumento da capacidade de resposta às necessidades do Município. Com isso, busca-se reduzir a dependência de soluções pontuais e emergenciais, favorecendo uma atuação mais contínua, eficiente e compatível com as demandas da população castanhalense.

Outro resultado pretendido consiste na melhoria das condições de trabalho das equipes técnicas e operacionais, garantindo maior segurança, produtividade e qualidade na execução das atividades. Equipamentos adequados às necessidades da Administração contribuem para diminuir o tempo de resposta aos serviços solicitados, reduzir retrabalhos e assegurar maior regularidade nas ações de manutenção, apoio operacional e intervenção em áreas urbanas e rurais.

Além disso, a contratação deverá possibilitar maior durabilidade e efetividade das intervenções realizadas, com impacto positivo na conservação da infraestrutura municipal, na melhoria da mobilidade, no acesso a serviços públicos essenciais e no atendimento das demandas decorrentes do crescimento urbano e do desenvolvimento socioeconômico local.

Por fim, a execução da contratação no âmbito do Convênio nº 003/2026 – SEDAP contribuirá para o fortalecimento da gestão pública municipal, promovendo eficiência administrativa, melhor aproveitamento dos recursos públicos e melhores condições para a execução das políticas públicas de infraestrutura, com reflexos diretos na qualidade dos serviços prestados e na melhoria da qualidade de vida da população de Castanhal/PA.

Ressalta-se que a estimativa dos bens a serem adquiridos foi definida com base em levantamento e avaliação das necessidades operacionais da SEMOB e SEMADA, considerando a capacidade de execução dos serviços e as demandas públicas a serem atendidas pelo Município.

## **7. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE**

O quantitativo proposto foi definido a partir da necessidade operacional da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB e da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário- SEMADA, considerando as demandas existentes para execução direta, contínua e eficiente dos serviços públicos municipais, especialmente aqueles relacionados à infraestrutura urbana e rural, manutenção de vias, apoio à limpeza pública, transporte de materiais, conservação de áreas públicas e atendimento às comunidades do Município de Castanhal/PA.

A definição das quantidades levou em consideração o objeto pactuado no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, vinculado ao Processo nº 2026/2414206, cujo escopo contempla a aquisição de veículos e implementos para o Município de Castanhal/PA, bem como a necessidade de fortalecer a capacidade operacional da Administração Municipal para atendimento das demandas executadas pela SEMOB e SEMADA.

Além da necessidade administrativa identificada, o planejamento observou a compatibilidade dos bens pretendidos com a finalidade do convênio, priorizando equipamentos essenciais para ampliar a atuação do Município na execução de serviços de interesse público. Dessa forma, as quantidades foram estimadas de modo a atender à demanda operacional das Secretarias, observando a razoabilidade, a finalidade da contratação e a capacidade de utilização dos bens pela Administração.

Conforme planilha orçamentária constante nos autos, os itens e quantitativos previstos para a presente contratação são:

- Veículo caminhão 4x2, novo, zero-quilômetro, com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup> – **16 unidades (SEMOB)**;
- Trator agrícola de pneus 4x4, 75 CV, 3.200 kg – **5 unidades (SEMADA)**;
- Carreta agrícola metálica com capacidade volumétrica mínima de 5 m<sup>3</sup> – **5 unidades (SEMADA)**;

- Roçadeira agrícola com largura de corte de 1,70 m, TDP 540 rpm – **2 unidades (SEMADA)**.

**Justificativa do dimensionamento**

O conjunto de itens foi dimensionado para garantir:

1. **Ampliação da capacidade de coleta e manejo de resíduos sólidos**, por meio dos caminhões com coletores compactadores, contribuindo para a melhoria da limpeza urbana, regularidade da coleta e atendimento das demandas da população;
2. **Apoio às atividades operacionais em áreas urbanas e rurais**, mediante a utilização dos tratores agrícolas, que possibilitam maior eficiência em serviços de apoio, manutenção, transporte e execução de atividades correlatas;
3. **Transporte de materiais**, insumos e apoio logístico, com a utilização das carretas agrícolas, auxiliando nas frentes de trabalho das secretarias e em demais ações de interesse público;
4. **Manutenção de áreas verdes**, margens de vias e espaços públicos, por meio das roçadeiras agrícolas, contribuindo para a conservação, limpeza e organização dos espaços urbanos e rurais.

Dessa forma, as quantidades foram definidas com base na necessidade de estruturar as secretarias demandantes com equipamentos compatíveis com as demandas municipais, buscando garantir maior eficiência, continuidade e alcance na prestação dos serviços públicos, em conformidade com a finalidade do Convênio nº 003/2026 – SEDAP e com o interesse público envolvido na contratação.

**8. CONTRATAÇÕES SIMILARES****8.1. ELABORADAS PELO PRÓPRIO ÓRGÃO**

Com a finalidade de demonstrar a aderência do presente planejamento às práticas já adotadas pela Administração Municipal, registra-se que o Município de Castanhal, por meio de seus órgãos competentes, realizou contratações similares voltadas à aquisição de veículos e maquinários destinados ao fortalecimento da infraestrutura urbana e rural, evidenciando a continuidade de investimentos no setor e a busca pelo aprimoramento da capacidade operacional.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes processos já executados:

PROCESSO	OBJETO	VALOR ADJUDICADO	INVESTIMENTO
Adesão 006/2025	Aquisição De Máquinas Pesadas	R\$ 4.909.738,00	Recurso Próprio
Adesão 012/2025	Aquisição De Veículos Pesados	R\$ 8.340.000,00	Recurso Próprio
Adesão 013/2025	Aquisição De Veículos Pesados	R\$ 2.079.600,00	Recurso Próprio
Adesão 016/2025	Aquisição De Rolo Compactador	R\$ 917.008,40	Recurso Próprio
Pregão Eletrônico 09/2026	Aquisição de caminhões e máquinas para transporte de material e serviços de infraestrutura	R\$ 11.717.823,60 (Este valor é estimado, uma vez que o processo ainda está em tramitação).	Convênio + Contrapartida da Administração



Adesão 006/2026	Aquisição De Trator Agrícola Cabinado/Trator De Roda	R\$536.424,09	Recurso Próprio
--------------------	---	---------------	-----------------

As contratações mencionadas reforçam a preocupação permanente da Administração com o investimento estruturante em infraestrutura, reconhecendo que a disponibilidade de frota e equipamentos adequados é condição essencial para garantir serviços públicos mais eficientes, maior capacidade de execução direta e respostas mais rápidas às demandas da população.

Além disso, tais registros demonstram que a presente aquisição não se trata de iniciativa inédita ou pontual, mas sim de ação integrada a um investimento constante e continuado do Município na modernização da frota e na ampliação dos meios operacionais, com vistas à manutenção e recuperação de vias, drenagem, terraplenagem e demais serviços correlatos. Dessa forma, fica evidenciado que o planejamento atual decorre de uma política administrativa de fortalecimento da infraestrutura urbana e rural, alinhada ao crescimento municipal e à melhoria da qualidade de vida da população castanhalense.

#### 9. DA SOLUÇÃO:

Conforme a definição dos itens que integram a solução proposta, este tópico apresenta a descrição detalhada de cada bem, contemplando as especificações técnicas mínimas e obrigatórias necessárias para garantir a aderência às necessidades operacionais da Administração, a compatibilidade com os serviços a serem executados e a qualidade, desempenho e segurança dos equipamentos a serem adquiridos.

As características aqui descritas foram estabelecidas com o objetivo de padronizar o objeto, assegurar a competitividade do certame, reduzir riscos de aquisição inadequada e evitar entregas com desempenho inferior ao requerido, proporcionando maior eficiência e durabilidade na utilização dos bens.

Dessa forma, seguem, na tabela abaixo, as descrições e especificações mínimas aplicáveis a cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	<b>VEÍCULO CAMINHÃO 4X2, NOVO, ZERO-QUILÔMETRO, COM COLETOR COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE 15M³:</b> Aquisição de conjunto composto por veículo caminhão 4x2 e coletor compactador de resíduos sólidos com capacidade mínima de 15 m³, ano cor rente, zero-quilômetro, destinados à coleta urbana, projetados para operação contínua em regime severo, com elevada resistência mecânica, durabilidade e desempenho operacional, sendo o caminhão vocacionado e totalmente compatível com a instalação do coletor compactador, na cor branca, atendendo integralmente à NR-38 e demais normas vigentes. O caminhão deverá possuir cabine avançada, construída em aço com tratamento anticorrosivo e isolamento termoacústico, com capacidade mínima para 3 ocupantes, equipada com sistema de basculamento hidráulico, ar-condicionado, banco do motorista com múltiplas regulagens, coluna de direção ajustável, tacógrafo digital, computador de bordo e painel com indicadores completos de funcionamento. A motorização deverá ser a diesel, com mínimo de 6 cilindros em linha, cilindrada mínima de 6.700 cm³, potência mínima de 250 cv, regime nominal aproximado entre 2.100 e 2.300 rpm e torque mínimo de 900 Nm, com faixa plana de atuação, equipada com sistema de injeção eletrônica Common Rail, atendendo à norma PROCONVE P-8/EURO 6, com tecnologia SCR ou equivalente e utilização de ARLA 32. A transmissão deverá ser automatizada, com acionamento eletrônico ou mecânico, contendo no mínimo 6 marchas à frente e 1 à ré, com opção de operação automática sem pedal de embreagem ou equivalente. A embreagem deverá ser do tipo monodisco a seco, com acionamento hidráulico ou automatizado, com diâmetro mínimo de 395 mm ou equivalente. A tração deverá ser 4x2, com eixo traseiro de elevada capacidade de carga, diferencial reforçado e adequado à operação urbana com coletor compactador. O chassi deverá ser do tipo escada, com longarinas

retas em perfil “U”, rebitadas e/ou parafusadas, fabricado em aço de alta resistência, com especificação mínima equivalente a LNE 380 ou superior, adequado para aplicação severa. O sistema de suspensão deverá ser composto por molas parabólicas na dianteira, com amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, e suspensão traseira tipo trapezoidal ou semi-elíptica reforçada, com feixe principal e auxiliar, adequada para operação severa, com amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora. O sistema de freios deverá ser pneumático, com freios a tambor nas rodas dianteiras e traseiras, equipado com ABS, EBD, controle de tração, controle eletrônico de estabilidade e assistente de partida em rampa, ou equivalentes, além de freio de estacionamento com molas acumuladoras e freio motor por cabeçote e/ou exaustão. As rodas deverão ser em aço aro 22,5” x 7,5”, 10 furos, com pneus 275/80 R22.5 ou equivalente, de uso misto. O sistema de combustível deverá possuir tanque com capacidade mínima de 275 litros, podendo ser em material plástico ou equivalente, admitindo configuração com tanque duplo, além de tanque de ARLA 32 com capacidade mínima de 30 litros. A distância entre eixos deverá ser mínima de 4.180 mm, admitindo-se variação aproximada entre 4.100 mm e 4.400 mm, adequada à instalação do coletor compactador, com altura do chassi compatível com aplicação urbana e severa. O veículo deverá apresentar Peso Bruto Total mínimo de 16.000 kg, capacidade técnica mínima de 17.000 kg e Peso Bruto Total Combinado mínimo de 27.000 kg, equipado com todos os itens de segurança exigidos pela legislação de trânsito vigente. O coletor compactador deverá possuir capacidade volumétrica mínima de 15 m<sup>3</sup> de resíduos compactados na caixa de armazenagem, praça de carga traseira com capacidade mínima de 2,0 m<sup>3</sup> de lixo solto, construção em chapa de aço de alta resistência mecânica e à abrasão em aço SAC 350 ou equivalente, sistema de compactação traseiro com acionamento hidráulico, composto por placas compactadora e transportadora acionadas por cilindros hidráulicos de dupla ação independentes, ciclo de compactação semi-automático com possibilidade de parada ou reversão em qualquer fase, taxa mínima de compactação de 3:1, preferencialmente igual ou superior a 4:1, tempo de ciclo máximo de 25 segundos, sistema de descarga por painel ejetor acionado por cilindro hidráulico telescópico de dupla ação, estrutura dimensionada para operação contínua em regime severo, construída em aço estrutural de alta resistência, mínimo ASTM A36 ou superior, com reforços longitudinais e transversais no assoalho e laterais. Deverá atender às seguintes espessuras mínimas: teto e laterais com 4,00 mm, assoalho, saia traseira e chassi da caixa com 6,35 mm, chassi em perfil “U”, escudo ejetor com 4,75 mm em aço ASTM A36, compartimento de carga com espessura mínima de 6,35 mm nas laterais, fundo e faces do transportador e compactador, placa compactadora e painel ejetor revestidos com polímero UHMW de alta resistência e baixo atrito, sistema de travamento automático da porta traseira, vedação com perfil duplo de borracha garantindo estanqueidade, sistema hidráulico dimensionado para operação em serviço pesado com pressão mínima de 180 bar, equipado com bomba hidráulica de alta eficiência, reservatório de óleo com capacidade mínima de 100 litros contendo bocal de enchimento, indicador de nível, filtro de sucção, filtro de retorno e indicador de saturação de filtro. O equipamento deverá possuir sistema de segurança conforme a NR-38 e normas do CONTRAN, incluindo sinalizador rotativo dianteiro e traseiro, alarme sonoro de marcha à ré, sistema de iluminação da área de carregamento, câmera traseira sem captação de áudio com acionamento automático em marcha à ré, sistema de comunicação sonora entre operador e motorista, dispositivos de parada de emergência em cada lateral, válvula anti-aceleração, válvula regenerativa e válvula anti-chupeta, plataforma traseira para até quatro operadores com corrimão superior e lateral, dispositivo para basculamento de contêineres metálicos e plásticos, caixa de chorume com capacidade mínima de 100 litros com sistema de drenagem, suporte lateral para ferramentas, escada de acesso à parte superior da caixa de carga, acelerador automático do motor durante a compactação, trava de segurança para manutenção da porta traseira, projeto com facilidade de manutenção, pontos de lubrificação acessíveis, componentes intercambiáveis e fornecimento de manual técnico completo. O conjunto deverá ser entregue totalmente montado, integrado e em perfeito funcionamento, com todos os sistemas hidráulicos, elétricos e estruturais testados, incluindo pintura com aplicação de fundo anticorrosivo tipo primer PU na cor definida pela Administração, bem como plotagem conforme identidade visual do Município, garantia mínima de 12 meses sem limite de uso, assistência técnica em território nacional, disponibilidade de peças de reposição, fornecimento de manuais completos em língua portuguesa e realização de treinamento técnico de operação e manutenção básica para os operadores até a entrega técnica, devendo atender a padrões de qualidade equivalentes ou superiores aos principais fabricantes do mercado nacional, garantindo eficiência, segurança, durabilidade e desempenho nas condições reais de operação do Município.





**Imagem ilustrativa do item 01**

2

**TRATOR AGRÍCOLA DE PNEUS 4X4** - Aquisição de trator agrícola de pneus, novo, zero quilômetro, com tração 4x4, tração dianteira auxiliar, projetado para operação contínua em regime severo nas atividades agrícolas, com elevada resistência, durabilidade e desempenho operacional, equipado com motor diesel de 4 cilindros, turboalimentado, refrigerado a água, com potência nominal mínima de 75 CV, podendo ser superior, com torque elevado em baixas rotações, sistema de injeção direta eletrônica ou mecânica de alta eficiência, atendendo às normas de emissões vigentes. Transmissão mecânica ou sincronizada, robusta, com no mínimo 12 marchas à frente e 12 marchas à ré, podendo ser superior, com reversor mecânico ou hidráulico, permitindo melhor desempenho nas operações de campo, sistema de tração 4x4 acionável, com bloqueio do diferencial traseiro, eixo dianteiro reforçado e adequado para trabalho em terrenos irregulares, tomada de força independente com rotação mínima de 540 rpm, podendo possuir também 540E ou 1.000 rpm, acionamento eletro-hidráulico ou mecânico. Sistema hidráulico de três pontos categoria II, com capacidade mínima de levantar de 2.400 kg, podendo ser superior, com controle de posição e esforço, bomba hidráulica com vazão mínima de 32 L/min, podendo ser superior, dotado de válvulas de controle remoto, direção hidrostática, sistema de freios a disco banhados a óleo, com acionamento independente e sistema de estacionamento. Cabine fechada de fábrica, com estrutura de proteção contra capotamento e proteção contra queda de objetos, equipada com ar-condicionado, ventilação, iluminação interna, banco do operador com suspensão e regulagens ergonômicas, painel com instrumentos completos de monitoramento e diagnóstico, sistema elétrico completo com iluminação de trabalho dianteira e traseira, pneus agrícolas de alta tração, com medidas mínimas de 12.4-24 no eixo dianteiro e 18.4-30 no eixo traseiro, podendo ser superiores, tanque de combustível com capacidade mínima de 76 litros, garantindo autonomia operacional, peso operacional mínimo de 3.200 kg, podendo ser superior conforme configuração, dimensões compatíveis com a categoria e aplicação, com bitola ajustável, equipado com barra de tração, engate rápido e demais dispositivos necessários à operação com implementos agrícolas. Deverá possuir fácil acesso para manutenção, pontos de lubrificação acessíveis, fornecimento de manual técnico completo em língua portuguesa, incluindo operação, manutenção e catálogo de peças, garantia mínima de 12 meses sem limite de uso, assistência técnica autorizada em território nacional e disponibilidade de peças de reposição, devendo atender integralmente às normas de segurança vigentes, garantindo desempenho, eficiência, confiabilidade e durabilidade nas condições reais de uso, com padrão de qualidade equivalente ou superior aos principais fabricantes do mercado nacional.



**Imagem ilustrativa do item 02**

3

**CARRETA DE METAL** 5m<sup>3</sup> Carreta metálica com capacidade volumétrica de 5m<sup>3</sup>, fabricada em aço carbono reforçado, com estrutura soldada e acabamento em pintura anticorrosiva. Possui rodado simples ou duplo, eixo reforçado, sistema de engate traseiro tipo agrícola, basculante manual ou hidráulico para descarga da carga. Indicada para transporte de materiais como terra, areia, entulhos, resíduos sólidos ou produtos agrícolas, garantindo resistência, durabilidade e versatilidade no uso.



**Imagem ilustrativa do item 03**

4

**ROÇADEIRA** agrícola de arrasto ou de 3 pontos, com largura de corte de 1,70m, acionada por tomada de força (TDP) a 540 rpm. Estrutura em aço reforçado, com transmissão por caixa de engrenagens, cardan com proteção e lâminas de alta resistência ao desgaste. Possui regulagem de altura através de patins laterais ou rodas traseiras. Indicada para roçada de pastagens, áreas de cultivo, margens de estradas e limpeza de terrenos, garantindo eficiência, robustez e durabilidade.



**Imagem ilustrativa do item 04**

#### **OBSERVAÇÃO SOBRE AS IMAGENS ILUSTRATIVAS**

As imagens constantes neste Estudo Técnico Preliminar possuem caráter meramente ilustrativo, tendo por finalidade apenas auxiliar na visualização geral dos bens pretendidos pela Administração.

Ressalta-se que tais imagens não integram as especificações técnicas obrigatórias do objeto, nem possuem a finalidade de indicar, privilegiar ou direcionar marca, modelo, fabricante ou fornecedor específico, devendo a seleção da proposta observar exclusivamente os requisitos técnicos mínimos descritos neste ETP e no Termo de Referência.

A presente observação busca resguardar a competitividade e a isonomia do certame, em conformidade com os arts. 5º, 9º e 40 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à vedação de condições que restrinjam ou frustrem indevidamente o caráter competitivo da licitação.

#### **9.1. Exigência de Catálogo/Ficha Técnica no julgamento da Proposta.**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve indicar os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução. Além disso, o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021 permite que, desde que previsto no edital, a Administração realize, na fase de julgamento, análise e avaliação da conformidade da proposta, inclusive mediante exame de conformidade, amostras, prova de conceito ou outros meios aptos a comprovar a aderência do objeto ofertado às especificações definidas no Termo de Referência.

Considerando a natureza do objeto, que envolve a aquisição de veículos, máquinas e implementos com especificações técnicas mínimas previamente definidas pela Administração, torna-se necessária a exigência de apresentação, na fase de julgamento da proposta, de catálogo, ficha técnica, prospecto oficial do fabricante, declaração técnica do fabricante ou documento equivalente dos bens ofertados.

Essa exigência tem por finalidade permitir a verificação objetiva da compatibilidade dos bens propostos com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, especialmente quanto às características de desempenho, potência, capacidade operacional, dimensões, tração, sistemas hidráulicos, acessórios, implementos, normas de segurança, garantia, ano/modelo, assistência técnica, disponibilidade de peças e demais condições indispensáveis ao atendimento da necessidade pública.

A medida se justifica pela necessidade de conferir maior segurança à análise das propostas, evitando a aceitação de bens em desconformidade com as especificações editalícias e reduzindo riscos de questionamentos, impugnações ou pedidos de esclarecimento decorrentes de dúvidas técnicas sobre os modelos ofertados. No processo anterior, inclusive, foram apresentados questionamentos relacionados à compatibilidade das especificações técnicas, especialmente quanto aos caminhões, o que reforça a importância de instrumentos objetivos de comprovação técnica na fase de julgamento.

A apresentação do catálogo ou ficha técnica constitui requisito razoável, proporcional e compatível com o planejamento da contratação, pois viabiliza o julgamento objetivo, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Também se relaciona à verificação da conformidade da proposta com as especificações técnicas do edital, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a desclassificação das propostas que não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento convocatório.

Dessa forma, deverá constar no Termo de Referência que a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, na fase de julgamento da proposta, catálogo, ficha técnica ou documento técnico equivalente dos bens ofertados, contendo as informações necessárias à comprovação da conformidade com os requisitos exigidos.

A ausência de apresentação do documento técnico, ou a apresentação de documento insuficiente para comprovar o atendimento às especificações mínimas, poderá ensejar diligência pela Administração, quando cabível, sem possibilidade de alteração do objeto originalmente ofertado. Persistindo a ausência de comprovação da conformidade técnica, a proposta deverá ser desclassificada, nos termos do art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

## **9.2. Da retirada da exigência de “fabricação nacional” das especificações técnicas:**

Durante a revisão das especificações técnicas dos itens, verificou-se que a exigência de **“fabricação nacional”** poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, uma vez que limita a participação de fornecedores e fabricantes que, embora não possuam produção nacional, possam ofertar bens plenamente compatíveis com a necessidade da Administração, com assistência técnica, garantia, disponibilidade de peças e atendimento às normas brasileiras aplicáveis.



Dessa forma, a referida exigência foi retirada das descrições técnicas dos itens, com o objetivo de preservar a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021** e com a vedação de cláusulas que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, prevista no **art. 9º, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021**.

Ressalta-se que a retirada da expressão **“fabricação nacional”** não prejudica a qualidade, a segurança ou o desempenho dos bens pretendidos, pois permanecem mantidas as exigências essenciais relacionadas à conformidade técnica, garantia mínima, assistência técnica em território nacional, disponibilidade de peças de reposição, atendimento às normas brasileiras aplicáveis e demais requisitos necessários ao adequado atendimento da necessidade pública.

Assim, deverá prevalecer como descrição correta aquela constante da versão atualizada do Termo de Referência, sem a exigência de fabricação nacional, observadas as especificações técnicas revisadas e encaminhadas para a devida atualização dos autos.

### **9.3. Da Garantia Contratual do Produto**

Os veículos e máquinas pesadas objeto desta contratação deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados a partir da data do recebimento definitivo do objeto pela Administração, sem prejuízo de eventual garantia superior oferecida pelo fabricante ou pela contratada.

A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, vícios de funcionamento, falhas mecânicas, elétricas, hidráulicas, estruturais, operacionais e demais inconformidades que comprometam o pleno uso dos veículos e equipamentos, desde que não decorrentes de mau uso comprovado pela Administração.

Durante o período de garantia, a contratada ficará obrigada a providenciar, sem ônus adicional para a Administração, a correção dos defeitos, substituição de peças, componentes ou equipamentos defeituosos, bem como a realização dos serviços necessários ao restabelecimento das condições normais de uso do bem. A exigência de garantia mínima de 12 (doze) meses justifica-se pela natureza do objeto, pelo elevado valor envolvido na contratação e pela necessidade de assegurar que os veículos e máquinas pesadas sejam entregues em condições adequadas de durabilidade, desempenho, segurança e eficiência operacional, evitando prejuízos à Administração e à continuidade dos serviços públicos.

A garantia somente começará a contar após o recebimento definitivo, tendo em vista que, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nas compras, o objeto deve ser recebido definitivamente por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. A contratada deverá entregar, juntamente com os veículos, o certificado de garantia, manuais de operação e manutenção, relação de assistências técnicas autorizadas, bem como demais documentos necessários ao acionamento da garantia. A ausência desses documentos poderá impedir o recebimento definitivo do objeto, até a devida regularização.

A prestação da garantia deverá ocorrer em prazo compatível com a natureza do defeito apresentado, devendo a contratada adotar as providências necessárias para evitar a paralisação prolongada dos veículos e equipamentos. Caso o defeito não seja sanado no prazo estabelecido pela Administração, poderão ser adotadas as medidas cabíveis, inclusive aplicação de sanções contratuais, sem prejuízo da obrigação de reparo ou substituição do bem.

#### 9.4. Condição de Fornecimento, Ano de Fabricação e Modelo

O bem deverá ser novo, sem uso anterior, pertencente à linha regular de produção do fabricante, devendo possuir ano de fabricação e modelo correspondentes ao ano corrente à época da entrega à Administração. Para veículos automotores, o bem deverá ser fornecido zero quilômetro. Para máquinas e equipamentos pesados, o bem deverá ser fornecido zero hora, admitidas exclusivamente as horas técnicas indispensáveis decorrentes de testes de fábrica, inspeções, deslocamento logístico, preparação e entrega técnica, desde que devidamente justificadas e compatíveis com a condição de equipamento novo.

### 10. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DOS ITENS

A análise do ciclo de vida considera que os bens a serem adquiridos — veículo caminhão 4x2, novo, zero-quilômetro, com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup>; trator agrícola de pneus 4x4; carreta agrícola metálica com capacidade volumétrica mínima de 5m<sup>3</sup>; e roçadeira agrícola com largura de corte de 1,70m, TDP 540 rpm — não se limitam à fase de aquisição, pois envolvem custos, cuidados operacionais, manutenção, disponibilidade, conservação e eventual substituição ao longo de toda a sua utilização pela Administração Pública Municipal.

Considerando as descrições técnicas dos itens, a presente análise observa as características mínimas exigidas para cada equipamento, tais como capacidade operacional, resistência estrutural, sistemas hidráulicos, tomada de força, tração, segurança, durabilidade, garantia, disponibilidade de peças, assistência técnica e demais condições necessárias ao uso contínuo nas atividades executadas pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

A gestão adequada do ciclo de vida busca garantir que os veículos, máquinas e implementos permaneçam disponíveis, seguros e eficientes durante sua vida útil, reduzindo paralisações, custos excessivos de manutenção e prejuízos à continuidade dos serviços públicos municipais.

#### 10.1. Etapas do ciclo de vida e pontos de atenção

Etapa	O que envolve	Pontos críticos para a Administração
<b>Aquisição e recebimento</b>	Entrega técnica, conferência das especificações, documentação, garantia, manuais, testes de funcionamento e, quando aplicável, regularização do veículo.	Verificar se o bem entregue atende integralmente à descrição aprovada, incluindo capacidade, potência, tração, estrutura, sistemas de segurança, componentes hidráulicos, implementos e demais requisitos técnicos.
<b>Implantação e entrada em operação</b>	Cadastramento patrimonial, designação de responsáveis, treinamento básico de operadores e definição das rotinas de uso.	Padronizar a operação, controlar quilometragem ou horímetro, registrar a utilização por frente de serviço e orientar inspeções diárias antes e depois do uso.
<b>Operação</b>	Utilização dos bens em atividades de coleta e manejo de resíduos sólidos, apoio agrícola,	Controlar consumo de combustível, lubrificantes, desgaste de pneus, lâminas, sistemas hidráulicos,



	transporte de materiais, roçada, limpeza de áreas públicas, manutenção urbana e apoio às demandas.	caixa compactadora, cardan, engates, chassis e demais componentes sujeitos ao uso contínuo.
<b>Manutenção preventiva e corretiva</b>	Revisões periódicas, troca de peças, lubrificantes, pneus, filtros, lâminas, componentes hidráulicos, elétricos, estruturais e demais itens de desgaste.	Reduzir paradas inesperadas, preservar a garantia, manter histórico de manutenção e acompanhar o custo por hora trabalhada, quilômetro rodado ou ciclo de operação.
<b>Vida útil econômica</b>	Período em que o bem mantém desempenho satisfatório e custo de manutenção compatível com sua utilidade pública.	Avaliar aumento de falhas, perda de produtividade, maior indisponibilidade e elevação dos custos de manutenção como sinais de necessidade de renovação.
<b>Desmobilização ou substituição</b>	Baixa patrimonial, alienação, reaproveitamento, substituição programada ou destinação adequada de componentes.	Avaliar o custo-benefício de manter ou substituir o equipamento, observando regularidade documental, economicidade, transparência e interesse público.

### 10.2. Componentes de custo ao longo da vida útil

Durante a vida útil dos veículos, máquinas e implementos, a Administração deverá observar os principais fatores que influenciam o custo total de propriedade, especialmente:

- a) manutenção preventiva e corretiva;
- b) consumo de combustível, lubrificantes, pneus, filtros e demais itens de desgaste;
- c) disponibilidade operacional para atendimento das frentes de serviço;
- d) segurança dos operadores, auxiliares e terceiros;
- e) conformidade com normas de trânsito, ambientais, trabalhistas e de segurança aplicáveis;
- f) necessidade de treinamento de operadores;
- g) disponibilidade de peças de reposição e assistência técnica;
- h) depreciação, valor residual e possibilidade de substituição planejada.

Esses fatores devem ser acompanhados de forma contínua, pois o aumento recorrente de custos, falhas mecânicas, paralisações, perda de desempenho ou dificuldade de manutenção pode indicar que o bem deixou de ser economicamente vantajoso para a Administração.

### 10.3. Critérios práticos para renovação ou atualização dos bens

A necessidade de renovação ou atualização dos bens poderá ser identificada quando ocorrerem, de forma recorrente:

- a) aumento do custo de manutenção;
- b) maior frequência de manutenções corretivas;
- c) redução de desempenho operacional;
- d) indisponibilidade elevada;
- e) desgaste estrutural, mecânico ou hidráulico relevante;
- f) comprometimento da segurança, confiabilidade ou eficiência;
- g) dificuldade de obtenção de peças ou assistência técnica;
- h) inadequação do equipamento às demandas atuais dos serviços;
- i) consumo excessivo de combustível ou lubrificantes;
- j) perda de produtividade nas atividades de coleta, transporte, roçada, apoio agrícola ou manutenção urbana.

### 10.4. Diretriz de gestão e sustentabilidade

A gestão do ciclo de vida deverá priorizar o uso racional dos veículos, máquinas e implementos, o planejamento das frentes de serviço, a manutenção preventiva, o controle patrimonial, o registro dos custos por item e a substituição programada antes que os bens atinjam estágio de alto custo, baixa disponibilidade ou perda significativa de desempenho.

Também deverão ser observadas boas práticas ambientais durante a utilização e manutenção dos equipamentos, especialmente quanto ao controle de vazamentos de óleo, descarte adequado de filtros, pneus, baterias, lubrificantes, peças substituídas e demais resíduos gerados durante a operação e manutenção.

Ao final do ciclo, a destinação dos bens deverá observar as normas patrimoniais aplicáveis, com regularidade documental e adoção de procedimento que preserve a economicidade, a transparência e o interesse público.

Para fins de planejamento da atualização e renovação dos bens, adota-se como parâmetro uma vida útil de referência compatível com equipamentos dessa natureza, considerando o uso contínuo em atividades operacionais da Administração Pública Municipal.

Item	Tipo	Vida útil de referência	Idade média recomendada para renovação	Gatilhos de atualização
<b>Veículo caminhão 4x2 com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup></b>	Veículo de tração mecânica com implemento de compactação	15 anos	12 anos	Aumento de paradas, desgaste do sistema hidráulico, falhas na compactação, elevação do custo por quilômetro, desgaste da caixa coletora e redução da disponibilidade para coleta urbana.
<b>Trator agrícola de pneus 4x4</b>	Máquina agrícola de tração mecânica	10 anos	8 anos	Perda de força operacional, falhas em transmissão, sistema hidráulico ou tomada de força, desgaste de pneus agrícolas, aumento de manutenção e redução da produtividade em campo.
<b>Carreta agrícola metálica de 5m<sup>3</sup></b>	Implemento agrícola de transporte	10 anos	8 anos	Desgaste estrutural da carroceria, corrosão, falhas no eixo, rodado, sistema de engate ou basculamento, comprometimento da segurança e redução da capacidade de transporte.
<b>Roçadeira agrícola de 1,70m, TDP 540 rpm</b>	Implemento agrícola de corte	10 anos	8 anos	Desgaste de lâminas, cardan, caixa de engrenagens, patins, rodas de apoio, estrutura metálica e redução da eficiência nas atividades de roçada e limpeza de terrenos.

Dessa forma, a análise do ciclo de vida demonstra que a aquisição dos itens deve ser acompanhada de planejamento permanente de uso, manutenção e controle, a fim de assegurar maior durabilidade, segurança operacional, economicidade e continuidade dos serviços públicos prestados pela SEMOB e SEMADA.

## **11. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS (REFERENTE A REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO)**

**DA PESQUISA DE PREÇOS:** A pesquisa de preços realizada tem como objetivo atender às exigências da Instrução Normativa do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão nº 65, de 07 de julho de 2021, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Esta pesquisa embasa a aquisição de bens necessários ao pleno funcionamento da Administração Pública, garantindo a transparência e a economicidade na utilização dos recursos.

**Equipe Responsável pela Pesquisa:** Representado pelo Sr. Brenno Natalino Silva Rocha, Matrícula nº155479-4.

Esse servidor foi designado devido sua expertise na área de cotação de preço, o que contribuiu para a avaliação adequada das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes na pesquisa.

**11.1. METODOLOGIA DE PESQUISA:** Adotamos uma metodologia criteriosa para a pesquisa de preços, que consistiu na aplicação do parâmetro previsto no art. 5º da Instrução Normativa citada acima, que tem como base contratações similares feitas pela Administração Pública, a fim de obter informações abrangentes e representativas. Levando em consideração a Instrução Normativa citada, que estabelece diretrizes específicas para aquisições no âmbito público, sendo utilizado como instrumento para a pesquisa o BANCO DE PREÇOS (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) o qual conta com uma base de dados com milhões de preços de todos os tipos de objetos e serviços. Além de preços de licitações, é possível consultar preços de tabelas de referência, preços de sites de domínio amplo, preços de notas fiscais eletrônicas e de cotações diretas com fornecedores, proporcionando assim a formação de uma ampla cesta de preços diversificada e atendendo as orientações do TCU e demais normas vigentes, proporcionar segurança e celeridade nas cotações de preços públicos.

**11.2. Valores Praticados em Licitações Anteriores de outros órgãos públicos:** Usamos como parâmetro, valores praticados em licitações realizadas por outros órgãos para o mesmo objeto em questão.

**1º: BANCO DE PREÇOS,** <https://www.bancodeprecos.com.br>, pesquisa realizada em 21/05/2025 e gerada em 21/05/2026.

A pesquisa de preços consta no relatório como realizada em 21 de maio de 2026 em razão de a servidora anteriormente responsável pela finalização do processo não mais integrar o setor de cotações. Dessa forma, houve a necessidade de compartilhamento e redistribuição do processo ao servidor Brenno Natalino Silva Rocha, ocasionando a atualização sistêmica da emissão do relatório para a referida data. Contudo, esclarece-se que a efetiva realização da pesquisa ocorreu no período compreendido entre 27/04/2026 e 05/05/2026.

**11.3. Cotação Direta com Fornecedores:** A pesquisa direta com fornecedores, conforme previsto no inciso IV do artigo 5º da IN nº 65/2021, foi realizada considerando as condições logísticas necessárias para atendimento ao município de Castanhal/PA. Nesse contexto, optou-se pela obtenção de cotações diretamente com fornecedores, o que contribuiu para maior precisão nas estimativas de preços.

O Setor de Cotação iniciou a pesquisa com o objetivo de mitigar possíveis distorções, disparidades ou apresentação de valores inexequíveis, buscando refletir com fidelidade a realidade do mercado. Para tanto, adotou-se a consulta formal a fornecedores, em conformidade com a IN SLTI/MPOG nº 65/2021. A pesquisa de preços foi realizada junto a 07 (sete) empresas. Dentre elas, as empresas COVEZI CAMINHOES E ONIBUS LTDA, J H YAMADA COMERCIO DE PECAS E MÁQUINAS LTDA. e TRATOMAQ -

TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA, possuem cadastro e contratos com este Município, circunstância que lhes confere conhecimento aprofundado acerca das especificidades, demandas e exigências deste ente público. A empresa LOURO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA, possui apenas cadastro junto ao Município, enquanto as demais não possuem cadastro nem contratos vigentes. Ressalta-se que todas as empresas consultadas são reconhecidas pela qualidade dos serviços prestados, contribuindo para a confiabilidade dos dados obtidos na presente pesquisa.

Empresas que solicitamos cotação e responderam com a cotação via e-mail.

- **COVEZI CAMINHOES E ONIBUS LTDA**, CNPJ: 35.963.155/0001-08, datada de 28/04/2026;
- **DIMAQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ: 02.464.226/0001-79, datada de 30/04/2026;
- **DNM - DISTRIBUIDORA NACIONAL DE MÁQUINAS LTDA**, CNPJ: 29.211.016/0002-06, datada de 05/05/2026;
- **J H YAMADA COMERCIO DE PECAS E MÁQUINAS LTDA**, CNPJ: 07.873.696/0001-00, datada de 29/04/2026;
- **LOURO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA**, CNPJ: 29.567.643/0001-01, datada de 27/04/2026;
- **MONACO DIESEL LTDA**, CNPJ: 05.024.583/0001-04, datada de 28/04/2026;
- **TRATOMAQ - TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ: 63.885.925/0001-87, datada de 30/04/2026;

### **METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREÇO ESTIMADO**

**Método Matemático Aplicado:** Neste processo, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 65/2021, utilizamos o método da média saneada dos preços obtidos (TCU) para calcular o preço estimado por item. Isso foi aplicado a um conjunto de no mínimo 03 preços, garantindo robustez à estimativa e considerando uma variabilidade representativa das informações.

### **JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE MÉDIA**

3.1 A escolha da média saneada dos preços obtidos (TCU) como método estatístico de referência para a pesquisa de preços na presente licitação é justificada pela análise da distribuição homogênea dos preços coletados, que apresentaram um coeficiente de variação aceitável. Essa condição indica que os dados estão equilibradamente distribuídos, permitindo que a média reflita de maneira precisa a tendência central dos preços dos itens licitados.

**Observação:** A decisão de empregar a média como referência para a pesquisa de preços nesta licitação baseou-se em uma análise detalhada da variação dos valores, conforme apresentado no mapa comparativo de preços anexo. Um método de avaliação foi utilizado para excluir valores inviáveis e excessivamente altos. Essa estratégia seguiu critérios rigorosos de variação, estabelecendo um limite de 25% de coeficiente de variação para justificar a utilização da média. A seguir, apresentaremos as razões que sustentam essa escolha

\*Variação Menor que 25% (Utilização da Média): \*

Igual ou inferior 25% - Dados dentro da média e baixa dispersão

Acima de 25% - Dados heterogêneos, com alta dispersão

Além disso, a utilização da média é respaldada pelos acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), que enfatizam a importância de métodos estatísticos que garantam a integridade e a justiça nas contratações públicas. A média, neste caso, não apenas atende aos requisitos legais, mas também assegura que as decisões tomadas estejam alinhadas com os princípios da economicidade e da competitividade.

De acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, é fundamental que os processos licitatórios sejam pautados pela transparência e pela eficiência na utilização dos recursos públicos. A média, ao considerar todos os valores coletados, proporciona uma visão abrangente e representativa do cenário de preços, sendo especialmente adequada em contextos onde não há a presença de outliers que possam distorcer a análise.

A avaliação de cada item é fundamentada na ideia de que cada componente de uma licitação apresenta características únicas, como a competitividade do mercado, diferenças de qualidade, oferta, demanda e outros aspectos. Assim, a escolha entre usar a média ou a mediana foi adaptada de acordo com as especificidades de cada item, assegurando um valor de referência mais justo e exato.

Portanto, a adoção da média como referência para a pesquisa de preços é uma escolha fundamentada em uma análise estatística rigorosa, que considera a distribuição equilibrada dos dados e o coeficiente de variação aceitável, promovendo um processo licitatório mais competitivo e eficiente, em conformidade com as normativas vigentes, reforçando o compromisso com a transparência e a justiça no processo de aquisição de bens e serviços para a administração pública.

### **VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRADOS**

Com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para o item em questão. Ressaltamos que esses valores representam uma referência para a contratação e não devem ser interpretados como valores máximos aceitáveis. A Administração Pública busca sempre a obtenção do melhor custo-benefício, pautado na transparência e no respeito aos princípios da legalidade e eficiência.

### **Mapa comparativo de preços.**

Após pesquisa de preço, foi constatado que o valor estimado para a futura aquisição é de R\$ 18.094.903,92 (dezoito milhões, noventa e quatro mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos).

As comprovações das pesquisas de preços que resultaram nos valores unitários referenciais estimados de cada item se encontram inseridas nos autos do processo, junto ao mapa de preço e relatório onde constam mais detalhes.

### **OCORRÊNCIAS DO PROCESSO**

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Em 04/03/2026, o processo foi encaminhado para cotação, tendo sido iniciado pelo servidor Brenno. Na ocasião, a cotação foi aberta e aguardava-se o recebimento de proposta da empresa AUTO 4X4 SERVIÇO E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA, CNPJ nº 12.965.774/0001-36, para a devida finalização do processo.

Entretanto, em 27/04/2026, foi apresentado um novo Termo de Referência, contendo alterações na descrição do item 01, e para os demais itens foram feitas algumas atualizações. A partir dessas modificações, a servidora Vera deu início a um novo procedimento de cotação. Com a atualização, foram recebidas propostas para o novo processo; contudo, estas apresentaram divergências pontuais em relação a requisitos atualmente estabelecidos no Termo de Referência.

Diante desse cenário, em 05 de maio de 2026, foi encaminhado despacho à servidora Alana Souza, da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAGE), solicitando a análise quanto à possibilidade de adequação do Termo de Referência, para os itens 01 e 02 com o objetivo de garantir maior competitividade ao certame, sem prejuízo ao interesse público.

Assim, em 12 de maio de 2026, recebemos o despacho da servidora Laura Thayna, onde identificou-se a viabilidade de promover ajustes técnicos no Termo de Referência, sem comprometer a qualidade, a segurança e o desempenho do objeto, buscando ampliar a competitividade do certame e possibilitar a participação de um maior número de fornecedores.

Posteriormente, em 21 de maio de 2026, foi recebido novo despacho emitido pela servidora Laura Thayna, no qual constatou-se a ocorrência de equívoco material relacionado ao quantitativo dos itens 01 e 03. Diante disso, procedeu-se à devida retificação dos quantitativos e ao correspondente reajuste dos valores constantes na presente cotação.

### **CONCLUSÃO**

A pesquisa de preços foi conduzida de maneira meticulosa, respeitando as diretrizes legais e considerando a realidade logística do município de Castanhal/PA. A escolha entre a média e a mediana foi embasada em análises estatísticas, visando garantir estimativas confiáveis e alinhadas às variações dos preços coletados.

Reiteramos nosso compromisso em conduzir as aquisições de forma transparente, eficiente e fundamentada em práticas sólidas, visando o melhor interesse da Administração Pública e o uso responsável dos recursos.

Declaramos que foi feita análise crítica dos preços coletados. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento do material/serviço a ser adquirido/contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

Estará em anexo mapa de cotação detalhando os itens por metodologia de cálculo adotado e demais documentos que fazem parte de avaliação dos preços.



## 12. MODALIDADE/SOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO

A escolha da modalidade adotada justifica-se pela busca de maior eficiência na execução, bem como pela possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Ressalta-se, ainda, a vantagem de permitir que os licitantes possam oferecer lances sucessivos e reduzir os preços durante o próprio processo, favorecendo a economicidade e a competitividade, uma vez que o objeto em questão possui ampla oferta no mercado, sendo regularmente contratado por diversos órgãos e entidades públicas, o que demonstra que não se trata de uma demanda exclusiva ou de difícil acesso comercial.

**Considerando** os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, bem como práticas de mercado

**Observação:** O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

<b>Solução 01: Contratar no mercado local, preferencialmente, através de dispensa de licitação para entrega parcelada conforme empenhos expedidos pela Secretaria demandante;</b>
---

**Análise:**

A adoção da modalidade de dispensa de licitação mostra-se inviável para esta aquisição, tendo em vista que o valor global da contratação, bem como a necessidade de assegurar ampla concorrência, não atendem aos requisitos legais para essa exceção. Nos termos da legislação vigente, contratações de maior vulto ou que envolvam objetos de natureza especializada exigem a realização de procedimento licitatório, com o objetivo de garantir a competitividade, a isonomia entre os participantes e a transparência na escolha da proposta mais vantajosa para a Administração. A ausência de ampla concorrência, princípio basilar do regime licitatório, inviabiliza o enquadramento desta contratação nas hipóteses legais de dispensa, conforme previsto na legislação pertinente.

<b>Solução 02: Realizar Licitação Própria através de Pregão Eletrônico.</b>
---

**Análise:**

A adoção do pregão eletrônico configura-se como a solução mais vantajosa para a presente contratação. Trata-se de uma modalidade que promove a ampla concorrência, permitindo a participação de um número maior de fornecedores, o que contribui para a obtenção de melhores condições comerciais e maior eficiência no processo. Além de assegurar a transparência e a legalidade do procedimento, o pregão eletrônico é especialmente indicado para contratações de natureza recorrente — sejam elas semanais, mensais ou anuais — por sua agilidade e compatibilidade com esse tipo de demanda. Essa modalidade não apenas atende aos requisitos legais e administrativos, como também favorece a economicidade e a otimização dos recursos públicos, viabilizando a seleção da proposta mais vantajosa sob a ótica do custo-benefício.

<b>Solução 03: Adesão a ata de outros órgãos públicos</b>
---

**Análise:**

No tocante à possibilidade de adesão a Atas de Registro de Preços formalizadas por outros entes ou órgãos da Administração Pública — nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023 — conclui-se, após criteriosa análise, que tal solução não se apresenta como a alternativa mais vantajosa para o atendimento da presente demanda, especialmente no que tange à

aquisição de veículos destinados à composição e renovação da frota oficial do Município. Embora, em tese, essa modalidade possa oferecer benefícios como a redução de prazos operacionais, no caso específico da presente contratação, a adesão a atas de outros entes mostrou-se incompatível com as especificações técnicas e operacionais exigidas pelos órgãos e secretarias demandantes.

#### 12.1. **FORMA ELETRÔNICA**

A adoção da **forma eletrônica** para a realização do certame encontra amparo no Art. 17, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas.

#### 12.2. **TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A decisão de fracionar a licitação em itens distintos, considerando as especificações técnicas, busca ampliar a competitividade e garantir a economicidade do certame.

A aquisição por item individual permite que empresas especializadas em tipos ou modelos específicos possam participar do certame de forma competitiva, mesmo que não atendam à totalidade da demanda. Tal estratégia evita o direcionamento do processo para fornecedores com maior capacidade logística ou financeira, promovendo isonomia entre os licitantes e fomento à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme diretrizes da Lei Complementar nº 123/2006.

A adoção da licitação por item individual corrige essa distorção, proporcionando melhor planejamento orçamentário, maior controle administrativo e seleção de propostas verdadeiramente vantajosas para cada tipo de veículo.

Dessa forma, a licitação estruturada por item atende aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, devendo ser adotada como a estratégia mais adequada para a contratação ora pretendida.

- ✓ **Flexibilidade na execução contratual:** Permite que a Administração celebre contratos com diferentes fornecedores para itens distintos, assegurando o abastecimento e a redução do risco de desabastecimento em caso de eventual descumprimento contratual por parte de apenas um adjudicatário, garantindo maior segurança operacional para o Município. Deve ser levado em consideração que os itens pertencem ao mesmo ramo de atividade no segmento de mercado, porém poderão ser fornecidos por diversos estabelecimentos do ramo pertinente, o que permite maior competitividade, diversidade de fabricantes e produtos, melhor preço e redução no valor dos itens ofertados.

Assim, **conclui-se que a contratação sob o critério de menor preço por item**, representa a solução mais eficiente e vantajosa para o atendimento das demandas municipais de material permanente. Essa escolha garante modernização administrativa e economicidade, alinhando-se aos princípios de gestão responsável e à legislação vigente.

### **12.3. JUSTIFICATIVA PARA NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve apresentar a justificativa técnica e econômica da solução escolhida. O Sistema de Registro de Preços, previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, é mais adequado para situações em que há necessidade de contratações futuras, frequentes, parceladas ou com quantitativos variáveis.

No presente caso, a contratação possui caráter pontual e determinado, pois visa à aquisição de bens previamente definidos, com quantitativos certos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias demandantes, no âmbito do Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

Não se trata de demanda futura ou incerta, nem de fornecimento continuado que justifique a formação de Ata de Registro de Preços. A Administração pretende realizar a aquisição efetiva dos bens necessários ao cumprimento da finalidade pactuada no convênio, observando os prazos de execução, entrega, recebimento, controle patrimonial e prestação de contas.

Assim, a adoção do procedimento licitatório tradicional mostra-se mais adequada ao caso concreto, por garantir maior previsibilidade na contratação, melhor controle da execução e compatibilidade com a natureza do objeto e com os objetivos do Convênio nº 003/2026 – SEDAP, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público.

### **12.4. JUSTIFICATIVA PELA ESCOLHA DA MODALIDADE DE PREGÃO TRADICIONAL**

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

A escolha do procedimento licitatório fundamenta-se no caráter pontual, específico e concentrado da contratação, uma vez que o objeto visa viabilizar a aquisição de máquinas, veículos e implementos, compreendendo veículo caminhão 4x2, novo, zero-quilômetro, com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup>; trator agrícola de pneus 4x4; carreta agrícola metálica com capacidade volumétrica mínima de 5m<sup>3</sup>; e roçadeira agrícola com largura de corte de 1,70m, TDP 540 rpm, destinados ao atendimento das demandas operacionais do Município de Castanhal/PA, especialmente no âmbito da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB e da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário - SEMADA.

A contratação está vinculada ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e o Município de Castanhal/PA, conforme publicação anexada aos autos, referente ao Processo nº 2026/2414206, cujo objeto consiste na aquisição de veículos e implementos para o Município. Assim, o procedimento deve observar a natureza do ajuste firmado, a finalidade pública pactuada e a necessidade de garantir a aquisição dos bens em prazo compatível com a execução do convênio.

A natureza do objeto não exige fornecimento continuado ou parcelado, tampouco se caracteriza como demanda futura incerta que justifique a adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP. Ao contrário, os quantitativos e as especificações técnicas encontram-se previamente definidos no planejamento da contratação, havendo necessidade de aquisição certa e determinada dos bens necessários ao cumprimento da finalidade do Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

Nesse sentido, a adoção do Pregão Eletrônico, na forma tradicional, mostra-se mais adequada do que o Sistema de Registro de Preços, pois a Administração busca contratar objeto específico, com quantitativos definidos e finalidade vinculada ao instrumento de convênio, não havendo necessidade de formação de ata para futuras e eventuais aquisições.

Além disso, os bens pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações técnicas usuais de mercado, o que permite a adoção da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando o conceito de bens e serviços comuns previsto no art. 6º, inciso XIII, e a regra do art. 29, que prevê a utilização do pregão quando o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital.

A forma eletrônica contribui para ampliar a competitividade, a transparência, a celeridade e a eficiência do procedimento, favorecendo a participação de maior número de interessados e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Tais aspectos são relevantes diante da necessidade de assegurar a regular entrega, recebimento e utilização dos bens, evitando atrasos que possam comprometer a execução do objeto pactuado no convênio e o atendimento das demandas públicas municipais.

Destaca-se, ainda, que o Sistema de Registro de Preços possui disciplina própria na Lei nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 82 a 86, sendo mais adequado para hipóteses em que haja necessidade de contratações

futuras, frequentes, parceladas ou com quantitativos estimados conforme demanda. No presente caso, por se tratar de aquisição determinada, vinculada a convênio específico e com quantitativos previamente definidos, mostra-se mais compatível a realização de pregão tradicional.

Assim, a escolha do Pregão Eletrônico tradicional encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, celeridade, economicidade, competitividade e supremacia do interesse público, assegurando compatibilidade entre o procedimento adotado, a natureza do objeto, as exigências do Convênio nº 003/2026 – SEDAP e a boa gestão dos recursos públicos.

#### **12.5. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

Os recursos financeiros destinados à execução do Convênio nº 003/2026, em R\$ 16.000.000,00 (dezesesseis milhões), equivalentes a **88,42%** do valor total estimado pelo processo, provenientes de repasse do Estado por meio da a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca, e R\$ 2.094.903,92 (dois milhões noventa e quatro mil novecentos e três reais e noventa e dois centavos) correspondentes a **11,58%**, a título de contrapartida financeira do Município de Castanhal

O investimento ora proposto, no valor de **R\$ 18.094.903,92** (dezoito milhões, noventa e quatro mil, novecentos e três reais e noventa e dois centavos), encontra-se devidamente previsto na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, estando alocado em:

##### **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO.**

##### **DOTAÇÃO E FONTE DE RECURSO – EXERCÍCIO 2026**

**Unidade Orçamentária: 11.11 – Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

**Projeto/Atividade: 15.452.0004.2172 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.**

**Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente**

**Subelemento: 4.4.90.52.52 – Veículos de tratamento mecânica**

**Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.**

**: 17010000 – Outros convênios do Estado**

**Unidade Orçamentária: 09.09 – Secretaria Municipal de Agricultura.**

**Projeto/Atividade: 20.608.0028.2.163 – Gestão da Secretaria Municipal de Agricultura.**

**Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e material permanente**

**Subelemento: 4.4.90.52.52 – Veículos de tratamento mecânica**

**Fonte de Recurso: 15000000 – Recursos não vinculados de impostos.**

**: 17010000 – Outros convênios**

**R\$ 16.000.000,00 — Repasse 88,42%**

**R\$ 2.094.903,92 — Contrapartida 11,58%**

Importa frisar que esta medida é possível graças a ações de contenção de despesas e racionalização de gastos adotadas ao longo dos primeiros sete meses de mandato, as quais resultaram em economias expressivas que já permitem à Administração planejar, com margem segura, a utilização de recursos até o mês de agosto.

**TODOS OS COMPROVANTES DAS COTAÇÕES ESTÃO CONTIDOS NOS AUTOS DESTE PROCESSO, ASSEGURANDO O EMBASAMENTO TÉCNICO-FINANCEIRO DA PESQUISA DE PREÇOS E PROMOVENDO O ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO DO MUNICÍPIO.**

Com base nos dados apurados, constatou-se que os valores estimados estão dentro do mercado praticado e compatíveis com as especificações técnicas exigidas, contribuindo para a execução eficiente e transparente deste processo licitatório.

### **13. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO EM PARCELA ÚNICA (entrega integral do quantitativo)**

A aquisição em parcela única, com entrega integral dos quantitativos previstos, justifica-se pela natureza específica da contratação, vinculada ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP, cujo objeto contempla a aquisição de veículos, máquinas e implementos destinados ao Município de Castanhal/PA, para atendimento das demandas operacionais das demandantes.

Considerando que os bens pretendidos possuem finalidade operacional integrada, a entrega integral contribui para que a Administração possa implantar, de forma simultânea e planejada, os equipamentos necessários à execução dos serviços públicos municipais, especialmente aqueles relacionados à coleta e manejo de resíduos sólidos, apoio agrícola, transporte de materiais, roçada, manutenção de áreas públicas e demais atividades de interesse coletivo.

O fracionamento da entrega poderia comprometer a organização das frentes de trabalho, gerar desequilíbrio na disponibilidade dos equipamentos e reduzir a efetividade da contratação. A disponibilização parcial dos bens, em momentos distintos, poderia dificultar o planejamento operacional das Secretarias, ocasionando reprogramações sucessivas, atrasos na utilização dos equipamentos, descontinuidade na execução dos serviços e menor aproveitamento da estrutura adquirida no âmbito do convênio.

Sob a ótica administrativa, a entrega em parcela única também favorece a eficiência dos procedimentos de recebimento, conferência técnica, inspeção, aceitação, documentação, tombamento patrimonial, controle e rastreabilidade dos bens. A centralização dessas etapas permite maior segurança na verificação da conformidade dos itens com as especificações do Termo de Referência, bem como melhor organização dos registros administrativos e patrimoniais.

Além disso, a entrega integral possibilita o planejamento uniforme das rotinas de operação, treinamento dos operadores, garantia, assistência técnica, disponibilidade de peças e manutenção preventiva, evitando que



bens recebidos em períodos diferentes sejam inseridos em ciclos distintos de uso, controle e manutenção. Essa medida contribui para a preservação da vida útil dos equipamentos e para a adequada gestão do patrimônio público.

No presente caso, a aquisição contempla bens como veículo caminhão 4x2 com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup>, trator agrícola de pneus 4x4, carreta agrícola metálica de 5m<sup>3</sup> e roçadeira agrícola, os quais, embora possuam funções próprias, integram o conjunto de equipamentos necessário ao fortalecimento da capacidade operacional do Município. Assim, a entrega integral permite que a Administração disponha de forma imediata e coordenada dos meios necessários ao atendimento das demandas públicas previstas.

Dessa forma, a aquisição em parcela única mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente necessária e administrativamente vantajosa, pois assegura maior previsibilidade na execução do objeto, facilita o controle dos bens, reduz riscos de descontinuidade operacional e contribui para o cumprimento da finalidade pactuada no Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

Em síntese, a adoção da parcela única justifica-se em razão de:

- ✓ necessidade de implantação simultânea dos bens vinculados ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP;
- ✓ garantia de melhor planejamento das frentes de trabalho da administração;
- ✓ prevenção de fragmentação operacional e de replanejamentos sucessivos;
- ✓ facilidade de recebimento, conferência técnica, aceitação e tombamento patrimonial;
- ✓ padronização das rotinas de operação, manutenção, garantia e assistência técnica;
- ✓ maior controle da utilização dos equipamentos e rastreabilidade dos bens;
- ✓ preservação da continuidade dos serviços públicos municipais;
- ✓ atendimento aos princípios da eficiência, planejamento, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público.

#### **14. REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS**

A seguir, descrevemos os requisitos necessários para a execução da contratação de aquisição de máquinas pesadas, assegurando que atendam aos padrões de qualidade e sustentabilidade exigidos:

##### **a. Prazos de Entrega:**

Os veículos deverão ser entregues no prazo até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da ordem formal de fornecimento, **salvo prorrogação devidamente justificada e aprovada pela Administração Pública Municipal**. Tal exigência visa garantir a continuidade e o cumprimento do cronograma de modernização e ampliação da frota, em consonância com o planejamento estratégico das secretarias e órgãos demandantes.

##### **b. Qualidade:**

Todos os veículos fornecidos deverão ser novos, originais de fábrica e zero quilômetro, fabricados no ano corrente ou, no máximo, no último trimestre do ano anterior à entrega. Deverão atender plenamente às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, ser provenientes de linha de produção regular da montadora e contemplar todos os equipamentos de série exigidos pela legislação de trânsito vigente, assegurando robustez, desempenho, segurança e durabilidade no uso contínuo.

**c. Sustentabilidade Ambiental:**

Os veículos pesados e as máquinas a serem fornecidos deverão atender integralmente aos requisitos de controle de emissões atmosféricas aplicáveis à sua categoria, em conformidade com o PROCONVE e demais normas ambientais vigentes, especialmente as relacionadas a motores do ciclo diesel, devendo a Contratada apresentar, quando aplicável, documentação comprobatória de conformidade (tais como declaração/certificado do fabricante e informações técnicas do modelo fornecido). Deverão ser priorizados modelos que apresentem maior eficiência operacional e menor emissão de poluentes, com soluções de fábrica compatíveis com a aplicação do objeto, como gerenciamento eletrônico do motor, tecnologias de pós-tratamento de emissões, otimizações de consumo e demais recursos que reduzam a pegada ambiental durante a operação. A Contratada deverá assegurar, ainda, que os bens fornecidos estejam aptos à destinação ambientalmente adequada ao final da vida útil, observando a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010), a responsabilidade compartilhada e, quando aplicável, a logística reversa de itens e insumos vinculados à operação e manutenção, como baterias, pneus, óleos/lubrificantes, filtros e demais resíduos gerados. Por fim, deverão ser fornecidos manuais e orientações de operação e manutenção preventiva que favoreçam o uso eficiente dos equipamentos, reduzindo consumo, emissões e geração de resíduos, em estrita observância às recomendações do fabricante.

**d. Conformidade com Normas Técnicas e de Segurança:**

Todos os veículos deverão estar em total conformidade com as normas técnicas e de segurança exigidas pelo Departamento Nacional de Trânsito (SENATRAN/CONTRAN e demais órgãos competentes), INMETRO, CONTRAN, ABNT e demais órgãos competentes, apresentando todos os itens obrigatórios de segurança veicular, como freios ABS, air bags, cintos de segurança com três pontos, sinalização adequada, entre outros. Não serão aceitos veículos remanufaturados, recondicionados, com avarias visíveis ou vícios ocultos, tampouco oriundos de estoques obsoletos.

**e. Acondicionamento, Identificação e Entrega Técnica:**

Os veículos deverão ser entregues com todos os manuais do proprietário, termo de garantia, chave reserva e documentação de fábrica, devidamente acompanhados de nota fiscal, certificado de registro (CRV/CRLV-e) em nome da contratante, bem como devidamente licenciado e emplacado, apto para rodar. Deverão conter, de forma clara e legível, identificação de marca, modelo, ano de fabricação,

número de chassi e demais informações que possibilitem a correta rastreabilidade e incorporação ao patrimônio público.

**f. Conformidade Legal:**

A contratação deverá observar, em todas as suas etapas, as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como da legislação específica de trânsito, consumo e responsabilidade civil. O fornecimento deverá assegurar à Administração Pública o pleno exercício do direito à garantia e à responsabilização por eventuais vícios ou falhas no produto entregue, garantindo, assim, a legalidade, a transparência e a vantajosidade na relação contratual.

**15. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DO FORNECIMENTO**

- **Substituição dos itens:** os veículos que apresentarem vício ou defeito durante a garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso e originais, com padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos originalmente fornecidos. Uma vez notificado, o Contratado deverá realizar o reparo ou a substituição em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento da notificação.
- **Responsabilidade pelo Transporte:** O transporte dos veículos cobertos pela garantia será de responsabilidade exclusiva do Contratado, sem custos ao Contratante.
- **Rejeição por não conformidade:** Itens que apresentem irregularidades ou divergências em relação às especificações contratadas poderão ser rejeitados parcial ou totalmente.

**16. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

- Entrega de veículos novos, originais de fábrica, de primeiro uso e zero quilômetro, com fabricação no ano corrente;
- Os veículos deverão ser de primeira linha, provenientes de linha de produção regular da montadora, vedada a entrega de veículos remanufaturados, recondicionados, danificados ou oriundos de estoques descontinuados;
- Acabamento e estrutura livres de quaisquer imperfeições, como riscos, amassados, avarias, pontos de ferrugem, falhas de pintura ou montagem, assegurando plena integridade física e funcional.

**2. Conformidade com Normas Técnicas e Regulamentações**

- Os veículos deverão ser produzidos e entregues em conformidade com todas as normas técnicas e legais vigentes, incluindo, mas não se limitando a:
  - PROCONVE (IBAMA) – Emissões atmosféricas conforme a fase obrigatória vigente;
  - INMETRO/ABNT – Padrões técnicos e de segurança veicular;
  - DETRAN/CONTRAN/DENATRAN (SENATRAN/CONTRAN e demais órgãos competentes) – Equipamentos obrigatórios e demais exigências de trânsito;

- Código de Defesa do Consumidor – Garantia legal de qualidade, desempenho e segurança.

### 3. Documentação Técnica e Legal Completa

A contratada deverá fornecer, no ato da entrega dos veículos, toda a documentação necessária à sua incorporação ao patrimônio público, à legalização junto aos órgãos de trânsito e à garantia de rastreabilidade, incluindo:

- A contratada deverá entregar os veículos devidamente emplacados, registrados e licenciados, em nome da Prefeitura, utilizando o CNPJ indicado no Contrato, aptos a circular;
- Nota fiscal eletrônica individualizada por veículo;
- Termos de recebimento provisório e definitivo, nos moldes exigidos pela Lei nº 14.133/2021;
- Certificado de garantia do fabricante, com prazo mínimo de 12 (doze) meses;
- Laudo técnico da montadora ou revenda autorizada, atestando a conformidade e a integridade do veículo;
- Entregar as duas chaves do veículo, sendo a original e a reserva, assegurando que ambas estejam em perfeitas condições de uso e devidamente identificadas
- Manuais do proprietário e de manutenção, em português e entregues em formato impresso ou digital;
- Documentação veicular completa, certificado de conformidade ambiental (PROCONVE), entre outros exigidos pelo órgão de trânsito.

### 16. REGISTROS E DOCUMENTAÇÃO PARA MÁQUINAS PESADAS SEM EMPLACAMENTO

Considerando que determinados bens objeto da contratação, especialmente máquinas, tratores e implementos agrícolas, podem não estar sujeitos a emplacamento, licenciamento ou registro veicular nos mesmos moldes dos veículos automotores de circulação urbana, o recebimento e a rastreabilidade patrimonial deverão ser garantidos por meio da documentação técnica e de propriedade aplicável à natureza de cada item, a ser entregue pela contratada no ato da entrega, contendo, no mínimo:

#### 1. Comprovação de propriedade e origem

- Nota Fiscal (NF-e) em nome do órgão/entidade contratante, com descrição completa do bem e seus principais componentes/acessórios.
- Declaração de que o equipamento é novo (zero hora/primeiro uso), sem registro anterior, sem avarias e com fabricação não superior a 12 (doze) meses da data da entrega.

#### 2. Identificação do equipamento (rastreabilidade)

- Registro formal dos números de série e/ou chassi (quando aplicável), número do motor, e demais identificadores do fabricante.

- Placas/etiquetas de identificação originais do fabricante preservadas e legíveis (com fotos anexadas ao termo de recebimento, se possível).

### **3. Documentação técnica obrigatória para operação e manutenção**

- Manual do operador e manual de manutenção (preferencialmente em português), incluindo plano de revisões, periodicidades, itens de checagem e especificações de insumos.
- Relação de assistências técnicas autorizadas e canais de acionamento de suporte/garantia.

### **4. Garantia**

- Termo/certificado de garantia de fábrica (mínimo 12 meses), com condições, cobertura e procedimentos de acionamento.

Registro de início da contagem da garantia a partir do recebimento definitivo.

### **5. Conformidade e segurança**

- Declaração de conformidade do fabricante quanto às condições de segurança do equipamento e seus dispositivos originais (proteções, alarmes, sinalização etc.), para fins de uso seguro pela Administração.

### **6. Patrimonialização**

- Previsão de que, após o recebimento, a Administração realizará tombamento e identificação patrimonial do bem (plaqueta/etiqueta patrimonial), com base nos documentos e identificadores fornecidos.

### **7. Condição excepcional (se houver necessidade de trânsito em via pública)**

- Caso, por necessidade operacional, seja exigido algum cadastro/licença/autorização para deslocamento em via pública, a contratada deverá orientar e providenciar a documentação aplicável sem ônus para a Administração, conforme regras locais.

### **8. Condição para Pagamento após Entrega Definitiva dos Veículos**

- O pagamento da contratação deverá ser condicionado à entrega definitiva dos veículos devidamente emplacados;
- Deverão ser entregues devidamente emplacados e registrados no CNPJ indicado no instrumento contratual ou na respectiva ordem de fornecimento.

## **16.1. GARANTIA DO FABRICANTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (VEÍCULOS E MÁQUINAS)**

### **1. Condição de fornecimento (novo/zero km)**

- Todos os veículos e máquinas deverão ser novos (zero quilômetro), de primeiro uso, sem registro anterior, em perfeitas condições de funcionamento e aparência.
- A fabricação não poderá ser superior a 12 (doze) meses contados da data de entrega, garantindo integridade estrutural e ausência de defeitos e/ou avarias.

- Para os veículos, deverá ser observado o fornecimento 0 km, novo, ano/modelo vigente ou superior, conforme referência da planilha orçamentária.

## 2. Prazo e abrangência da garantia

- Deverá ser fornecida garantia de fábrica mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo.
- A garantia deverá abranger todos os componentes e sistemas dos veículos e máquinas, incluindo, quando aplicável, implementos/acessórios instalados, sem limitação de quilometragem/horas (salvo itens de desgaste natural, quando tecnicamente justificável em manual do fabricante).
- Para veículos com implemento, a contratada deverá entregar certificado de garantia mínima de 12 meses para o caminhão e para o implemento, conforme referência da planilha.
- Para as máquinas, adota-se também a **garantia mínima de 12 meses**.

## 3. Assistência técnica de garantia sem ônus para a Administração

- A contratada deverá assegurar rede de assistência técnica autorizada com atendimento no município ou em localidade próxima, de modo a evitar deslocamentos onerosos e interrupções prolongadas de operação.
- Não haverá qualquer ônus para a Administração para acionar a garantia, incluindo, quando necessário: remoção/guincho, transporte (ida e volta), logística, mão de obra, peças, insumos, deslocamento de técnicos e demais despesas.

## 4. Documentação de garantia

- No ato da entrega, deverão ser apresentados certificado/termo de garantia, manuais em português e orientações de acionamento da garantia (canais, telefones/e-mail e fluxo de atendimento), em linha com o previsto na planilha.

## 17. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual exigida pela Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar as seguintes providências antes da formalização do contrato administrativo relativo à aquisição de veículos pesados e máquinas pesadas:

**Designação Formal do Gestor e Fiscal do Contrato:** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a designação prévia, por ato formal da autoridade competente, de um gestor do contrato e de pelo menos um agente de fiscalização técnica, com respectivos substitutos. Essa designação deverá constar no processo antes da assinatura contratual, com definição clara das atribuições e responsabilidades dos designados.



**Capacitação Técnica dos Encarregados pela Fiscalização:** A aquisição de veículos e máquinas pesadas configura um objeto de alta complexidade técnica, logo, é indispensável que os servidores designados para a fiscalização e gestão contratual possuam conhecimentos básicos e atualizados quanto às especificações exigidas no certame, de forma a assegurar a adequada verificação do cumprimento das obrigações pela empresa contratada.

Para isso, recomenda-se a adoção das seguintes medidas de orientação e nivelamento técnico:

**Revisão interna das especificações constantes no Termo de Referência,** com ênfase nos requisitos mínimos exigidos para cada tipo de veículo (motorização, capacidade de passageiros, tipo de tração, combustível, acessórios obrigatórios, entre outros);

**Treinamento prático sobre os procedimentos de recebimento e conferência dos veículos,** incluindo verificação de documentação (nota fiscal, certificado de garantia, laudos e manuais), inspeção visual e funcional básica (pintura, carroceria, sistemas elétrico e de iluminação, ar-condicionado, vidros e travas etc.), e observância das condições estabelecidas no edital;

**Orientações objetivas sobre os critérios de aceitação e registro dos bens adquiridos,** com base nas cláusulas contratuais, prazos de entrega e requisitos de documentação, registro patrimonial e ativação da garantia;

**Capacitação no uso dos sistemas administrativos internos,** quando aplicável, para fins de registro, acompanhamento da execução contratual e alimentação dos controles patrimoniais da Administração.

Essas ações visam garantir maior uniformidade nos procedimentos de fiscalização, minimizar riscos de recebimento inadequado e assegurar o pleno cumprimento das condições pactuadas no contrato administrativo.

**Análise e Atualização do Termo de Referência:** Antes da assinatura do contrato, o termo de referência deverá ser revisado para assegurar que:

- As especificações técnicas dos veículos estejam alinhadas às necessidades reais das secretarias solicitantes, com base nos quantitativos justificados nos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) de cada unidade e autorizados pelo gestor;
- Estejam previstos os locais de entrega, condições de transporte e prazos, garantindo o correto acondicionamento dos veículos;
- Estejam previstas obrigações acessórias do fornecedor, como fornecimento de garantia mínima, assistência técnica e substituição de veículos com defeito durante o período de garantia.

**Formalização da Minuta Contratual e Aprovação Jurídica:** A minuta contratual deverá estar alinhada ao instrumento convocatório e ser submetida à análise jurídica prévia obrigatória, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a segurança jurídica do ajuste.

**Planejamento da Logística de Recebimento:** A Administração deverá planejar, com antecedência:

Os locais e prazos de recebimento dos veículos, de forma a garantir a presença dos fiscais designados para conferência no ato de entrega;

#### **18. DA NÃO ADOÇÃO DE ITENS EXCLUSIVOS, COTA RESERVADA E DEMAIS BENEFÍCIOS ESPECÍFICOS PARA MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP**

Nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações e contratos as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado e simplificado concedido às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

Contudo, a própria Lei Complementar nº 123/2006, em seu art. 49, admite a não aplicação dos tratamentos diferenciados previstos nos arts. 47 e 48 quando não houver, no mínimo, três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências do instrumento convocatório, ou quando o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

No presente processo, cujo objeto consiste na aquisição de máquinas, veículos e implementos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – SEMOB e da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário - SEMADA, no âmbito do Convênio nº 003/2026 – SEDAP, verifica-se que a adoção de itens exclusivos, cota reservada ou qualquer forma de fracionamento para atendimento específico às ME/EPP não se mostra tecnicamente recomendável, considerando a natureza, a complexidade e a finalidade da contratação.

Trata-se de contratação vinculada a convênio específico, com quantitativos previamente definidos, necessidade de entrega tempestiva, exigência de compatibilidade técnica dos bens, garantia, assistência técnica, disponibilidade de peças, documentação, suporte operacional e conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência. Nesse cenário, a fragmentação do certame ou a imposição de restrição de participação por porte empresarial poderia comprometer a competitividade, a padronização, a logística de entrega, a gestão contratual e a execução integral do objeto.

A aquisição envolve bens de elevado impacto operacional para o Município, especialmente por se tratar de equipamentos destinados à ampliação da capacidade de atendimento das demandas públicas executadas pela Administração. A eventual divisão dos itens em cotas ou a limitação de determinados itens à participação exclusiva de ME/EPP poderia reduzir o universo de fornecedores aptos, elevar o risco de fracasso ou deserção do certame, gerar atrasos na entrega e dificultar o cumprimento da finalidade pactuada no Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

Ainda que alguns itens possuam menor valor individual, deve-se considerar que o objeto integra um conjunto de bens voltados ao fortalecimento da capacidade operacional do Município, sendo necessária a preservação da eficiência, da segurança jurídica, da economicidade e da efetiva vantajosidade da contratação. Assim, a

análise não deve observar apenas o valor isolado de cada item, mas também sua vinculação ao conjunto da contratação, à logística de fornecimento, ao prazo de execução e à necessidade de assegurar a entrega adequada dos bens.

Dessa forma, com fundamento no art. 49, incisos II e III, da Lei Complementar nº 123/2006, não se recomenda a adoção de itens exclusivos para ME/EPP, cota reservada ou outro tratamento diferenciado que possa comprometer a competitividade, a vantajosidade, a padronização, a execução do objeto e o atendimento do interesse público.

A presente decisão não tem por finalidade restringir a participação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte no certame, mas apenas afastar a aplicação de benefícios específicos que, no caso concreto, poderiam gerar risco à eficiência e à segurança da contratação. Assim, as ME/EPP poderão participar normalmente da disputa em igualdade de condições com os demais licitantes, desde que atendam integralmente às exigências de habilitação, qualificação técnica, garantia, assistência técnica, documentação e conformidade dos bens ofertados.

#### **19. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DE COTA RESERVADA PARA ME/EPP**

A adoção de cota reservada para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, prevista no **art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, não se mostra adequada ao presente certame, tendo em vista a natureza dos bens, a necessidade de compatibilidade técnica, a logística de fornecimento, a vinculação ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP e os riscos de prejuízo ao conjunto da contratação.

A contratação envolve máquinas, veículos e implementos que deverão ser entregues em conformidade com especificações técnicas previamente definidas, observando requisitos de qualidade, segurança, garantia, assistência técnica e disponibilidade de peças. A divisão dos itens ou quantitativos em cota principal e cota reservada poderia comprometer a padronização dos bens, dificultar o gerenciamento da garantia e da assistência técnica, ampliar a complexidade da fiscalização contratual e gerar risco de entregas parciais ou não uniformes.

Além disso, a imposição de cota reservada poderia reduzir o número de fornecedores efetivamente aptos a participar da disputa, sobretudo considerando que o fornecimento dos bens exige capacidade técnica, estrutura logística, relação com fabricantes ou distribuidores, disponibilidade de estoque ou produção, suporte pós-venda e condições financeiras compatíveis com o porte da contratação.

No caso concreto, a Administração busca assegurar a execução integral e tempestiva do objeto, evitando riscos de fracasso, deserção, atraso na entrega ou necessidade de republicação do certame. Tais riscos são especialmente relevantes por se tratar de contratação vinculada a convênio, com prazos, finalidade específica e necessidade de adequada aplicação dos recursos públicos.

Assim, a não adoção de cota reservada encontra fundamento no **art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006**, uma vez que a aplicação do benefício poderia não se mostrar vantajosa para a Administração e representar potencial prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

## **20. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA OU TRATAMENTO DIFERENCIADO ADICIONAL PARA ME/EPP**

A Administração não adotará margem de preferência ou tratamento diferenciado adicional para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP no presente certame, considerando a necessidade de assegurar ampla competitividade, economicidade, previsibilidade orçamentária, segurança na execução contratual e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O objeto da contratação envolve bens de relevante impacto operacional, vinculados ao atendimento das necessidades das demandantes e à execução da finalidade prevista no **Convênio nº 003/2026 – SEDAP**. Dessa forma, a adoção de margem de preferência, reserva ou benefício adicional poderia resultar em aumento do custo final da contratação, redução da disputa efetiva e risco à vantajosidade do certame.

A Administração deve garantir que a contratação seja realizada com observância aos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, planejamento, economicidade, competitividade e interesse público, previstos no **art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021**. Assim, a opção pela ampla concorrência, sem adoção de benefícios específicos adicionais, mostra-se mais compatível com a natureza do objeto e com a necessidade de obtenção da proposta mais vantajosa.

Ressalta-se que a não adoção de margem de preferência ou de tratamento diferenciado específico não impede a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no certame. Ao contrário, tais empresas poderão participar normalmente da disputa, desde que comprovem capacidade técnica, operacional, documental e econômica compatível com o fornecimento dos bens licitados.

Dessa forma, considerando a complexidade do objeto, a vinculação ao convênio, a necessidade de entrega integral e tempestiva, a exigência de garantia e assistência técnica e o risco de prejuízo ao conjunto da contratação, justifica-se a não adoção de margem de preferência, itens exclusivos ou cota reservada para ME/EPP, com fundamento no **art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006**.

## **21. DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS ME/EPP (EMPATE PRESUMIDO – MARGEM DE 5%)**

No âmbito deste processo de contratação, será aplicado o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, assegurando-se preferência de contratação para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) como critério de desempate, em observância ao art. 44.

Considerando que a disputa ocorrerá por pregão, adotar-se-á o empate presumido (empate ficto) quando a proposta apresentada por ME/EPP for de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada. Nessa hipótese, a ME/EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta com valor inferior ao da primeira colocada, conforme o procedimento definido na legislação aplicável e detalhado no

Edital.

A adoção desse benefício **busca promover o desenvolvimento local e regional, incentivar a participação de pequenos negócios nas contratações públicas e ampliar a competitividade, sem prejuízo da** seleção da proposta mais vantajosa e do atendimento integral às especificações técnicas do objeto.

## **22. DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida, como condição de habilitação, a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente quanto às parcelas de maior relevância técnica e econômica da contratação. A exigência deve observar critérios objetivos, proporcionais e compatíveis com a complexidade do objeto, sendo admitida a fixação de quantitativos mínimos de até 50% das parcelas de maior relevância, conforme art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando a natureza dos bens, a comprovação de capacidade técnica visa mitigar riscos de inexecução contratual, entrega de equipamentos incompatíveis com as especificações, atrasos logísticos, ausência de suporte técnico adequado, dificuldades de assistência pós-venda e prejuízos à continuidade dos serviços públicos executados pela Administração.

A exigência não possui caráter restritivo indevido, pois será aplicada de forma proporcional à relevância, ao vulto, à complexidade e ao risco de cada item, preservando os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, eficiência, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Para fins de organização da exigência técnica, os itens foram considerados conforme sua natureza e finalidade operacional:

### **Segmento 1 – Veículo pesado com equipamento de coleta urbana**

- Item 01 – Veículo caminhão 4x2, novo, zero-quilômetro, com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³.

### **Segmento 2 – Máquina agrícola motorizada**

- Item 02 – Trator agrícola de pneus 4x4, 75 CV, 3.200 kg.

### **Segmento 3 – Implementos agrícolas**

- Item 03 – Carreta agrícola metálica com capacidade volumétrica mínima de 5m³;
- Item 04 – Roçadeira agrícola com largura de corte de 1,70m, TDP 540 rpm.

### **a) PORCENTAGEM / QUANTITATIVO MÍNIMO A SER EXIGIDO**

Será admitida, para fins de comprovação do quantitativo mínimo, a apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, inclusive mediante somatório de atestados, desde que, em conjunto, comprovem o fornecimento anterior de bens compatíveis em características, quantidades e prazos com o item arrematado.

Considerando a maior relevância técnica e econômica do **item 01**, bem como sua complexidade operacional, por envolver caminhão novo 4x2 integrado a coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³, com sistemas

hidráulicos, estruturais, operacionais e de segurança específicos, será exigido percentual diferenciado para esse item.

Para os demais itens, será adotado percentual proporcional inferior, considerando a menor complexidade relativa e os menores quantitativos previstos, garantindo a comprovação mínima da experiência do fornecedor sem restringir indevidamente a competitividade.

<b>Item</b>	<b>Quantidade prevista</b>	<b>Percentual/critério sugerido</b>	<b>Quantitativo mínimo em atestado</b>
Item 01 – Caminhão 4x2 com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m <sup>3</sup>	16 unidades	Aproximadamente 30%	05 unidades
Item 02 – Trator agrícola de pneus 4x4	5 unidades	Percentual proporcional, observado o arredondamento	02 unidades
Item 03 – Carreta agrícola metálica de 5m <sup>3</sup>	5 unidades	Percentual proporcional, observado o arredondamento	02 unidades
Item 04 – Roçadeira agrícola de 1,70m, TDP 540 rpm	2 unidades	Mínimo de 01 unidade, em razão do baixo quantitativo	01 unidade

Assim, para fins de habilitação técnica, recomenda-se exigir:

- para o item 01, atestado(s) que comprove(m) o fornecimento anterior de, no mínimo, 05 unidades de caminhão com coletor compactador de resíduos sólidos, ou objeto compatível em características técnicas e operacionais;
- para o item 02, atestado(s) que comprove(m) o fornecimento anterior de, no mínimo, 02 unidades de trator agrícola de pneus ou equipamento compatível;
- para o item 03, atestado(s) que comprove(m) o fornecimento anterior de, no mínimo, 02 unidades de carreta agrícola metálica ou implemento compatível;
- para o item 04, atestado(s) que comprove(m) o fornecimento anterior de, no mínimo, 01 unidade de roçadeira agrícola ou implemento compatível.

A exigência diferenciada para o item 01 justifica-se em razão de sua maior representatividade no conjunto da contratação, maior complexidade técnica, maior quantidade prevista e maior impacto operacional para a Administração, especialmente por se tratar de equipamento destinado à coleta e manejo de resíduos sólidos, atividade essencial à limpeza urbana e à continuidade dos serviços públicos municipais.

Para os itens 02, 03 e 04, a exigência de quantitativo mínimo menor preserva a proporcionalidade e a competitividade do certame, sem afastar a necessidade de comprovação de experiência prévia compatível com os bens a serem fornecidos.

Não será exigida comprovação vinculada a marca, modelo específico, local determinado ou período temporal indevido, devendo os atestados demonstrar apenas a compatibilidade do fornecimento anterior com o objeto licitado, em observância ao art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a exigência de capacidade técnica mostra-se adequada, proporcional e necessária para assegurar que a futura contratada possua experiência compatível com o fornecimento dos bens, reduzindo riscos à



execução contratual e garantindo maior segurança à Administração no cumprimento do objeto vinculado ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

**Exemplo prático de comprovação para o Segmento 3 – Implementos agrícolas**

Caso a mesma licitante seja vencedora dos itens 03 e 04, ambos pertencentes ao Segmento 3 – Implementos agrícolas, será admitida a apresentação de um único atestado ou o somatório de atestados distintos, desde que fique comprovado o fornecimento anterior de bens compatíveis com o segmento arrematado.

Nesse caso, considerando que o quantitativo mínimo exigido é de 02 unidades para o item 03 e 01 unidade para o item 04, a licitante deverá comprovar o fornecimento anterior de, no mínimo, 03 implementos agrícolas compatíveis, observada a pertinência com os objetos arrematados.

Assim, caso a empresa arremate simultaneamente os itens 03 e 04, poderá apresentar:

- a) um único atestado comprovando o fornecimento de, no mínimo, 02 carretas agrícolas metálicas ou implementos compatíveis e 01 roçadeira agrícola ou implemento compatível; ou
- b) atestados separados, sendo um referente ao fornecimento de 02 carretas agrícolas ou implementos compatíveis, e outro referente ao fornecimento de 01 roçadeira agrícola ou implemento compatível; ou
- c) atestado(s) que comprove(m) o fornecimento de implementos agrícolas em quantidade igual ou superior a 03 unidades, desde que as descrições permitam verificar compatibilidade com os itens arrematados.

**23. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO RELACIONADOS À AQUISIÇÃO**

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deve conter a descrição dos possíveis impactos ambientais e das respectivas medidas mitigadoras, incluindo, quando aplicável, requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. A mesma Lei também orienta que a contratação observe o ciclo de vida do objeto e o desenvolvimento nacional sustentável.

No presente processo, a contratação envolve a aquisição de veículo caminhão 4x2 com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m³, trator agrícola de pneus 4x4, carreta agrícola metálica de 5m³ e roçadeira agrícola com largura de corte de 1,70m, TDP 540 rpm, destinados ao atendimento das demandas operacionais da administração, no âmbito do Convênio nº 003/2026 – SEDAP.

Considerando a natureza dos bens, não se identifica impacto ambiental impeditivo à contratação. Contudo, por se tratar de veículos, máquinas e implementos destinados ao uso operacional contínuo, especialmente em serviços de coleta, transporte, apoio agrícola, manutenção de áreas públicas, roçada e limpeza urbana, devem ser observados cuidados ambientais durante toda a vida útil dos equipamentos.

Os principais impactos ambientais potenciais estão relacionados ao consumo de combustível, emissão de gases, geração de ruídos, desgaste de pneus, utilização de óleos lubrificantes e fluidos hidráulicos, substituição de peças, risco de vazamentos, geração de resíduos de manutenção e, no caso do caminhão compactador, manejo adequado de resíduos sólidos e chorume.

### 23.1. Possíveis impactos ambientais identificados

Possível impacto	Origem provável	Medidas de mitigação
Emissão de gases poluentes	Operação de motores a diesel dos veículos e máquinas	Exigir equipamentos novos, em conformidade com as normas ambientais e de emissões vigentes; realizar manutenção preventiva; controlar regulagem de motores e evitar funcionamento desnecessário em marcha lenta.
Consumo de combustível	Uso contínuo dos caminhões, tratores e demais equipamentos	Planejar rotas e frentes de serviço; orientar operadores quanto ao uso racional; monitorar consumo por veículo/equipamento; evitar deslocamentos desnecessários.
Ruídos operacionais	Funcionamento de motores, sistemas hidráulicos, roçadeira e compactador	Realizar manutenção periódica; utilizar equipamentos em boas condições; observar horários e locais adequados de operação, especialmente em áreas urbanas sensíveis.
Vazamento de óleo, graxa ou fluido hidráulico	Sistemas mecânicos e hidráulicos dos equipamentos	Realizar inspeções preventivas; substituir mangueiras e conexões desgastadas; armazenar corretamente lubrificantes; adotar procedimentos imediatos de contenção em caso de vazamento.
Geração de resíduos de manutenção	Troca de óleo, filtros, pneus, baterias, lâminas, peças e componentes	Destinar resíduos a empresas ou pontos autorizados; observar logística reversa quando aplicável; manter controle documental do descarte adequado.
Desgaste e descarte de pneus	Uso contínuo em vias urbanas, rurais e terrenos irregulares	Monitorar calibragem e desgaste; realizar rodízio quando aplicável; encaminhar pneus inservíveis para destinação ambientalmente adequada.
Risco de contaminação por chorume	Operação do caminhão compactador de resíduos sólidos	Exigir sistema adequado de vedação e caixa de chorume; realizar limpeza e manutenção do equipamento; impedir vazamentos durante a coleta e transporte dos resíduos.
Supressão ou corte inadequado de vegetação	Uso da roçadeira agrícola em margens de vias, terrenos e áreas públicas	Planejar previamente as áreas de roçada; limitar a atuação às áreas autorizadas; evitar intervenção em áreas ambientalmente protegidas sem autorização competente.

### 23.2. Medidas gerais de mitigação

Para reduzir os impactos ambientais decorrentes da aquisição e uso dos bens, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- aquisição de equipamentos novos, com tecnologia compatível com as normas ambientais e de segurança vigentes;
- realização de manutenção preventiva periódica, conforme orientações dos fabricantes;
- controle do consumo de combustível, lubrificantes, pneus e demais insumos operacionais;
- capacitação dos operadores quanto ao uso correto, seguro e ambientalmente adequado dos equipamentos;
- inspeção regular dos sistemas hidráulicos, mecânicos, elétricos e estruturais;
- prevenção e correção imediata de vazamentos de óleo, combustível, graxa ou fluido hidráulico;
- destinação adequada de pneus, baterias, filtros, óleos lubrificantes, peças substituídas e demais resíduos de manutenção;
- observância de práticas de logística reversa, quando aplicável;
- planejamento das rotas, frentes de serviço e horários de operação, buscando reduzir deslocamentos desnecessários, consumo de combustível e emissão de poluentes;

j) guarda adequada dos equipamentos, em local apropriado, a fim de preservar sua vida útil e evitar degradação prematura.

### **23.3. Medidas específicas por item**

No caso do veículo caminhão 4x2 com coletor compactador de resíduos sólidos de 15m<sup>3</sup>, deverão ser observadas medidas específicas relacionadas à vedação do compartimento de carga, funcionamento da caixa de chorume, manutenção do sistema hidráulico, limpeza periódica do equipamento, controle de vazamentos e segurança dos operadores envolvidos na coleta.

Quanto ao trator agrícola de pneus 4x4, a mitigação ambiental estará relacionada principalmente à manutenção do motor, controle de emissão de fumaça, inspeção do sistema hidráulico, uso adequado de implementos, controle de consumo de combustível e prevenção de vazamentos em áreas urbanas, rurais ou de apoio operacional.

Em relação à carreta agrícola metálica de 5m<sup>3</sup>, deverão ser observadas a capacidade de carga, a conservação da estrutura metálica, a prevenção de corrosão, a segurança no transporte de materiais e a vedação ou acondicionamento adequado da carga, quando necessário, evitando derramamento de resíduos, terra, areia ou outros materiais em vias públicas.

Para a roçadeira agrícola, as medidas de mitigação envolvem o uso em áreas previamente definidas, manutenção das lâminas, proteção do cardan, regulagem de altura de corte, prevenção de lançamento de fragmentos e cuidado para evitar intervenção indevida em áreas ambientalmente sensíveis.

Dessa forma, a aquisição dos bens mostra-se ambientalmente viável, desde que acompanhada de medidas de controle, manutenção, operação adequada e destinação correta dos resíduos gerados ao longo de sua vida útil. Tais providências contribuem para a redução dos impactos ambientais, o uso racional dos recursos públicos, a preservação da eficiência dos equipamentos e o atendimento ao interesse público.

## **24. RESULTADO ESPERADO**

Espera-se, com a presente contratação, fortalecer a capacidade operacional do Município de Castanhal/PA, por meio da aquisição de bens novos, adequados às necessidades da Administração e compatíveis com as especificações técnicas definidas no processo, em atendimento à finalidade prevista no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, vinculado ao Processo nº 2026/2414206.

A contratação deverá permitir maior eficiência na execução dos serviços públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, especialmente nas atividades de apoio operacional, manutenção urbana e rural, limpeza pública, conservação de áreas e atendimento às demandas da população.

Como resultados concretos, espera-se:

- ampliação da capacidade de resposta do Município às demandas operacionais e de infraestrutura;

- maior regularidade, continuidade e eficiência na prestação dos serviços públicos;
- redução do tempo de atendimento das solicitações encaminhadas à Administração;
- melhoria no planejamento das frentes de trabalho e na organização das atividades executadas pela SEMOB e SEMADA;
- diminuição da dependência de soluções emergenciais, improvisadas ou pontuais;
- melhor controle patrimonial, operacional e administrativo dos bens adquiridos;
- maior previsibilidade quanto à manutenção, garantia, assistência técnica e disponibilidade dos equipamentos;
- fortalecimento da gestão pública municipal, com melhor aplicação dos recursos vinculados ao convênio;
- melhoria da qualidade dos serviços prestados à população castanhalense.

Ao final, pretende-se que a contratação resulte na efetiva disponibilização dos bens à Administração, garantindo melhores condições para a execução das atividades públicas municipais, com ganhos de eficiência, continuidade, economicidade e atendimento ao interesse público.

Dessa forma, a aquisição pretendida contribuirá para o cumprimento da finalidade pactuada no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, promovendo resultados concretos e duradouros para o Município de Castanhal/PA e para a população beneficiada.

## **25. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes necessárias para a efetivação do objeto deste processo.

A aquisição das máquinas e veículos pesados é autônoma, podendo ser plenamente recebida, incorporada ao patrimônio e colocada em operação com os meios já disponíveis na Administração.

Eventuais despesas futuras com combustível, manutenção preventiva/corretiva, licenciamento, seguros e insumos operacionais caracterizam-se como rotinas administrativas de gestão de frota e não constituem contratações interdependentes que condicionem a execução desta contratação.

## **26. MAPA DE RISCOS:**

Nos termos do art. 18, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório deve contemplar a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual. Assim, o presente Mapa de Riscos tem por finalidade identificar eventos capazes de afetar a regularidade do certame, a contratação, a entrega dos bens e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

Registra-se que o objeto do presente processo consiste na Aquisição de Máquinas e Veículos Pesados, no âmbito do Convênio nº 003/2026 – SEDAP, destinado ao fortalecimento da capacidade operacional do

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

Município de Castanhal/PA. A análise abaixo considera as etapas de planejamento, licitação, contratação, entrega, recebimento e início da operação dos bens.

Risco identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível do risco	Medidas preventivas/mitigadoras	Responsável
Especificações técnicas inadequadas, excessivas ou insuficientes	Planejamento	Média	Alto	Alto	Revisar o Termo de Referência, utilizar descrições objetivas, compatíveis com o mercado e com a necessidade pública, evitando direcionamento ou restrição indevida da competitividade.	Equipe de Planejamento / Área Técnica
Restrição à competitividade por exigências desproporcionais	Planejamento/Edital	Média	Alto	Alto	Justificar tecnicamente exigências de habilitação, capacidade técnica, garantia e assistência técnica, observando proporcionalidade, relevância e complexidade do objeto.	Equipe de Planejamento / Agente de Contratação
Impugnações ou pedidos de esclarecimento ao edital	Licitação	Média	Médio	Médio	Elaborar edital claro, com critérios objetivos, prazos adequados, especificações revisadas e respostas fundamentadas aos interessados.	Agente de Contratação / Área Técnica
Ausência de propostas ou baixa participação de fornecedores	Licitação	Baixa/Média	Alto	Médio/Alto	Divulgar adequadamente o certame, utilizar modalidade eletrônica, evitar exigências indevidas e assegurar especificações compatíveis com fornecedores do mercado.	SUPRI / Agente de Contratação
Apresentação de proposta com item incompatível com a especificação	Licitação/Julgamento	Média	Alto	Alto	Realizar análise técnica rigorosa da proposta, catálogos, folders, declarações, documentos complementares e demais comprovações exigidas no edital.	Pregoeiro / Equipe Técnica
Atraso na entrega dos bens	Execução contratual	Média	Alto	Alto	Fixar prazo de entrega compatível, prever sanções contratuais, acompanhar cronograma de fornecimento e exigir comunicação formal em caso de intercorrências.	Fiscal do Contrato / Contratada
Entrega de bens em desconformidade	Recebimento	Média	Alto	Alto	Realizar recebimento provisório e definitivo, com conferência técnica detalhada, testes de	Comissão de Recebimento / Fiscal

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

e com o Termo de Referência					funcionamento, verificação de documentação, garantia, manuais e acessórios.	
Dificuldade de assistência técnica ou fornecimento de peças	Execução/Pós-entrega	Média	Alto	Alto	Exigir comprovação de assistência técnica autorizada, disponibilidade de peças e garantia mínima, conforme previsto no edital e no contrato.	Contratada / Fiscal do Contrato
Falhas na documentação dos bens	Recebimento	Baixa/Média	Médio	Médio	Conferir notas fiscais, certificados, manuais, garantia, documentação veicular quando aplicável e demais documentos necessários ao tombamento e regularização.	Fiscal / Patrimônio
Risco de não cumprimento dos prazos do convênio	Planejamento/Execução	Média	Alto	Alto	Controlar cronograma do processo, priorizar atos necessários à contratação, acompanhar prazos de entrega e manter registro documental para prestação de contas.	SUPRI / SEMOB-SEMADA / Gestão do Convênio
Falhas no controle patrimonial	Pós-entrega	Baixa/Média	Médio	Médio	Realizar tombamento imediato, registro dos bens, designação de responsáveis, controle de localização, uso e conservação.	Setor de Patrimônio / SEMOB-SEMADA
Uso inadequado dos equipamentos	Operação	Média	Alto	Alto	Promover orientação ou treinamento dos operadores, estabelecer rotinas de uso, inspeção diária, controle de hodômetro/quilometragem e responsabilização pelo uso.	SEMOB-SEMADA
Manutenção preventiva insuficiente	Operação	Média	Alto	Alto	Implantar plano de manutenção preventiva, registrar revisões, controlar troca de peças, pneus, óleos, filtros e demais itens de desgaste.	SEMO - SEMADA / Fiscal Administrativo
Impactos ambientais decorrentes da operação e manutenção	Operação	Baixa/Média	Médio	Médio	Adotar medidas de controle de vazamentos, descarte adequado de óleo, filtros, pneus, baterias e resíduos, além de manutenção periódica para redução de emissões.	SEMOB-SEMADA / Contratada, quando aplicável
Descontinuidade dos serviços públicos por indisponibilidade dos bens	Operação	Média	Alto	Alto	Garantir recebimento integral, manutenção preventiva, assistência técnica, gestão do uso e acompanhamento do	SEMOB-SEMADA



					desempenho dos equipamentos.	
--	--	--	--	--	------------------------------	--

### Avaliação geral dos riscos

A análise demonstra que os riscos mais relevantes estão relacionados à adequação das especificações técnicas, à competitividade do certame, à conformidade dos bens entregues, ao cumprimento dos prazos do convênio, à assistência técnica e à disponibilidade operacional dos equipamentos.

Tais riscos são compatíveis com a natureza do objeto, uma vez que a contratação envolve bens de uso operacional, com exigência de desempenho, durabilidade, segurança, manutenção e suporte técnico. Por isso, as medidas de mitigação devem ser observadas desde a fase de planejamento até o início da operação dos bens pela Administração.

### Medidas gerais de controle

Para reduzir a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados, recomenda-se:

- a) manter as especificações técnicas claras, objetivas e compatíveis com o mercado;
- b) evitar exigências de habilitação que possam restringir indevidamente a competitividade;
- c) justificar tecnicamente os requisitos de capacidade técnica, garantia e assistência técnica;
- d) realizar análise criteriosa das propostas e documentos técnicos apresentados;
- e) acompanhar os prazos de fornecimento, especialmente em razão da vinculação ao convênio;
- f) realizar recebimento técnico detalhado dos bens;
- g) promover o tombamento e controle patrimonial imediato;
- h) exigir entrega de manuais, garantia e documentação completa;
- i) planejar rotinas de manutenção preventiva;
- j) orientar os operadores quanto ao uso correto, seguro e eficiente dos equipamentos.

### Conclusão da análise de riscos

Conclui-se que os riscos identificados são administráveis, desde que sejam adotadas as medidas preventivas e corretivas indicadas neste Mapa de Riscos. A adequada gestão desses fatores contribuirá para o sucesso da licitação, a boa execução contratual, a regular aplicação dos recursos vinculados ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP e o alcance dos resultados pretendidos pela Administração Municipal.

### **27. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

Nos termos do art. 18, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório deve ser compatibilizada com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias. Além disso, o art. 12, inciso VII, da mesma Lei, prevê que o Plano de Contratações Anual tem por finalidade racionalizar as contratações públicas, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.

A presente contratação, referente à Aquisição de Máquinas e Veículos Pesados, no âmbito do Processo Administrativo nº 2502001/2026/SUPRI e vinculada ao Convênio nº 003/2026 – SEDAP, encontra-se alinhada ao planejamento da Administração Municipal, tendo em vista que a demanda está prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, constante no Anexo I – Planilha do Plano de Contratações Anual 2026, especificamente na página 12, itens 41 e 24.

A contratação tem por finalidade fortalecer a capacidade operacional do Município de Castanhal/PA, mediante a aquisição de veículos, máquinas e implementos destinados ao atendimento das demandas das secretarias, especialmente em atividades de limpeza pública, apoio operacional, manutenção urbana e rural, conservação de áreas públicas, transporte de materiais e demais serviços de interesse coletivo.

A ação também guarda compatibilidade com a finalidade pactuada no Convênio nº 003/2026 – SEDAP, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP e o Município de Castanhal/PA, cujo objeto está relacionado à aquisição de veículos e implementos para o Município, conforme publicação anexada aos autos.

#### **Resultados da análise**

Constata-se que foram adotadas as medidas administrativas, técnicas e orçamentárias necessárias à viabilização da contratação, incluindo a identificação da necessidade pública, elaboração do Estudo Técnico Preliminar, definição das especificações técnicas, estimativa de quantitativos, pesquisa de preços, análise da solução mais adequada, verificação da modalidade licitatória cabível e compatibilização da demanda com o planejamento anual da Administração.

O planejamento considerou aspectos como a adequação dos bens às atividades executadas pela SEMOB e pela SEMADA, a capacidade operacional necessária ao atendimento das demandas municipais, a exigência de garantia, assistência técnica, disponibilidade de peças, prazos de entrega, critérios de recebimento e medidas de controle voltadas à boa execução contratual.

Dessa forma, verifica-se que a contratação está alinhada ao planejamento institucional, ao PCA 2026, às necessidades operacionais das secretarias, à finalidade do Convênio nº 003/2026 – SEDAP e aos instrumentos orçamentários aplicáveis, contribuindo para a eficiência administrativa, a previsibilidade da contratação, a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento do interesse público.

#### **Conclusão**

Conclui-se que a contratação proposta encontra-se devidamente alinhada ao planejamento da Administração Municipal, uma vez que decorre de necessidade pública identificada, possui previsão no PCA 2026, está vinculada à execução do Convênio nº 003/2026 – SEDAP e apresenta compatibilidade com os objetivos institucionais.

Assim, o prosseguimento da contratação mostra-se adequado e compatível com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

## **28. OBSERVAÇÕES GERAIS**

### **28.1. VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO (PREGÃO ELETRÔNICO)**

Considerando as características do objeto da contratação, que consiste na aquisição de veículo automotor, observa-se que se trata de fornecimento com determinada complexidade técnica, com valor estimado compatível com a capacidade financeira e operacional de empresas individualmente constituídas, além de contar com ampla oferta no mercado nacional.

Nesse sentido, verifica-se a existência de um número suficiente de fornecedores aptos e habilitados a atender plenamente os requisitos técnicos, operacionais e econômicos exigidos no edital, o que assegura a efetiva competitividade do certame sem a necessidade de formação de consórcios empresariais.

Ressalta-se, ainda, que a possibilidade de participação de consórcios, neste caso específico, poderia configurar uma distorção da lógica concorrencial, permitindo a associação estratégica de empresas que, isoladamente, possuem plena capacidade de fornecer o objeto licitado. Tal situação poderia, inclusive, restringir a competitividade, contrariando os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, por não se justificar a necessidade de junção de capacidades técnicas ou econômicas para o cumprimento do objeto contratual, fica vedada a participação de empresas em consórcio, em qualquer de suas formas, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, que exige justificativa técnica nos casos de vedação à participação consorciada.

A presente fundamentação atende plenamente à exigência legal, resguardando a lisura, a competitividade e a eficiência do processo licitatório, ao mesmo tempo em que assegura a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

### **28.2. DA VEDAÇÃO SUBCONTRATAÇÃO**

A vedação à subcontratação, **ressalvadas apenas as etapas acessórias de entrega/transporte até o local indicado pela Administração e os procedimentos relacionados ao emplacamento, licenciamento e regularização documental dos veículos e máquinas**, mostra-se medida adequada e necessária no presente certame, que tem por objeto a aquisição de máquinas e veículos pesados, bens de elevado valor, alta complexidade técnica e grande relevância operacional, inclusive quando vinculados a Convênio, com metas, prazos e exigências de prestação de contas.

Ao manter a responsabilidade pela aquisição centralizada na contratada principal, fornecedora vencedora do certame, a Administração fortalece o controle sobre a origem, especificações, garantia e conformidade dos equipamentos, reduzindo riscos de qualidade inferior, fornecimento divergente do ofertado, sobrepreço por intermediação e dificuldades de rastreabilidade. A subcontratação do fornecimento, nesses casos, pode fragilizar a gestão contratual ao pulverizar responsabilidades, dificultar a fiscalização, comprometer a assistência técnica e enfraquecer a efetividade das garantias do fabricante.

Ressalta-se que a possibilidade de utilização de terceiros para atividades meramente acessórias, como entrega, transporte, emplacamento, licenciamento e regularização documental, não afasta a responsabilidade integral da contratada pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto aos prazos, condições de entrega, documentação, garantias e conformidade dos bens fornecidos.

Além disso, a vedação contribui para a segurança jurídica e operacional da contratação, assegurando que o fornecedor contratado responda integralmente pelo cumprimento das obrigações, incluindo prazos de entrega, documentação, treinamento, quando previsto, assistência técnica e reposição de peças, mitigando o risco de descumprimento contratual e de atrasos que possam impactar o cronograma do Convênio.

Dessa forma, a vedação à subcontratação, com exceção limitada aos serviços acessórios de entrega/logística, emplacamento, licenciamento e regularização documental, encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, rastreabilidade e proteção do interesse público, garantindo maior controle e confiabilidade na aquisição de bens estratégicos para a Administração.

## **29. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.**

Tal exigência está respaldada no § 3º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

**Observação 1:** Destaca-se que, em situações nas quais os valores adjudicados encontram-se excessivamente abaixo dos preços praticados no mercado, é comum que a empresa vencedora se recuse a proceder com a entrega dos objetos, sob a alegação de inviabilidade econômica decorrente da defasagem dos valores contratados. Tal conduta acarreta prejuízos significativos à Administração Pública, ocasionando atrasos na entrega dos itens, além da necessidade de deflagração de novo procedimento licitatório, com consequente perda de eficiência e aumento do custo administrativo.

Diante desse cenário, os valores anteriormente adjudicados não foram adotados como parâmetro de referência para o presente processo, justamente com o intuito de assegurar maior realismo orçamentário, garantir a exequibilidade das propostas e mitigar os riscos de inadimplemento contratual.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, **propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse**

**público.** Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;**
- ✓ **Fiança bancária (necessário apresentar comprovante de quitação);**
- ✓ **Seguro-garantia (necessário apresentar comprovante de quitação).**

**Obs. 02:** Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

**Obs. 03:** A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

**Obs. 04:** Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

**Obs. 05:** A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em uma das modalidades previstas, deverá ser anexada na própria plataforma em que ocorrerá o certame, no momento do cadastramento da proposta, em campo específico destinado a essa finalidade, possibilitando ao agente de contratação, no início do procedimento, analisar e verificar o atendimento da exigência. Recomenda-se que, nessa etapa, seja anexado exclusivamente o documento referente à garantia da proposta, não sendo este o momento adequado para apresentação dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados apenas na fase própria do certame.

**Obs. 06:** Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

**Obs. 07:** No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento, como condição para a validação da proposta

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos.

### 30. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE:

**A Administração exigirá da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar a comprovação da exequibilidade de sua proposta, em todos os casos, independentemente do percentual de desconto ofertado em relação ao valor estimado**, considerando a natureza do objeto, os custos obrigatórios envolvidos e a necessidade de resguardar a regular execução contratual.

No presente processo, a exigência de demonstração da composição de custos não ficará condicionada apenas à identificação de indícios de inexecutabilidade ou à existência de elevado percentual de economia, devendo ser observada como medida preventiva e obrigatória para aferição da viabilidade da proposta apresentada.

A adoção desse procedimento se justifica pelas dificuldades enfrentadas pela Administração em contratações recentes envolvendo veículos, máquinas e equipamentos pesados, nas quais empresas reduzem seus preços durante a fase competitiva e, posteriormente, apresentam pedidos precoces de reequilíbrio econômico-financeiro, demonstram dificuldade em executar o contrato pelo valor ofertado ou, em situações mais graves, deixam de cumprir as obrigações assumidas.

Além de conferir maior segurança à Administração quanto à efetiva capacidade de fornecimento pelo preço proposto, a comprovação prévia dos custos servirá como elemento objetivo de análise e registro no processo, inclusive para subsidiar eventual apreciação futura de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, permitindo verificar se os custos alegados posteriormente já eram previsíveis, ordinários ou integrantes da composição apresentada pela própria licitante.

A medida tem por finalidade resguardar o interesse público, evitar propostas meramente aparentes ou economicamente incompatíveis com a execução do objeto, reduzir riscos de atrasos, abandono da proposta, descumprimento contratual, recusa de fornecimento e pedidos indevidos ou prematuros de reequilíbrio econômico-financeiro.

Dessa forma, após a fase de lances e antes da etapa de habilitação, será instaurada diligência para que a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar demonstre, de forma objetiva e documental, a viabilidade econômica de sua proposta e a compatibilidade do valor ofertado com todos os custos necessários ao cumprimento integral da obrigação.

A comprovação da exequibilidade poderá ser realizada, conforme o caso, mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) **planilha detalhada de composição de custos**, contemplando o valor do veículo, implementos, acessórios, tributos, frete, seguro, empenhamento, licenciamento, taxas, despesas administrativas, margem de lucro e



demaís encargos necessários à entrega definitiva do objeto;

b) **proposta comercial, cotação, pré-venda, declaração ou documento equivalente emitido por fabricante**, concessionária, montadora, distribuidor autorizado ou fornecedor do veículo/equipamento, demonstrando a viabilidade do fornecimento pelo valor ofertado;

c) **declaração formal da licitante de que tomou conhecimento de todas as condições do edital** e do Termo de Referência, inclusive quanto à entrega dos veículos emplacados, regularizados, no CNPJ indicado no contrato e em plenas condições de uso;

d) **comprovação de que o preço ofertado contempla todos os custos necessários** ao cumprimento integral da obrigação, inclusive aqueles relativos à entrega definitiva dos veículos no local indicado pela Administração;

e) **outros documentos idôneos capazes de demonstrar que o preço ofertado** é suficiente para cobrir os custos da contratação e permitir a regular execução do objeto.

A ausência de apresentação dos documentos solicitados, a apresentação de informações inconsistentes ou a não comprovação da viabilidade econômica da proposta poderá ensejar a desclassificação da licitante, nos termos do art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

A diligência não terá por finalidade permitir a alteração do valor originalmente ofertado, mas apenas possibilitar à licitante demonstrar que sua proposta é exequível e que possui condições reais de fornecer os veículos pelo preço arrematado, observadas todas as exigências editalícias, especialmente quanto à entrega, emplacamento, regularização documental, garantia e pleno funcionamento dos bens.

Tal procedimento encontra respaldo no entendimento do Tribunal de Contas da União, segundo o qual a Administração deve oportunizar à licitante a demonstração da viabilidade de sua proposta antes de eventual desclassificação, especialmente quando houver indícios de que o preço ofertado seja incompatível com os custos necessários à adequada execução do objeto. Também há orientação no sentido de que a Administração deve promover diligências para obter os elementos necessários à avaliação dos custos apresentados, sobretudo quando os preços estiverem abaixo do mercado ou incompatíveis com encargos legais.

### **30.1. COMPROVAÇÃO ENCARGOS TRIBUTÁRIOS**

Na exigência de comprovação de exequibilidade, é necessário comprovação de veracidade dos indícios tributários que deverão ser incluídos na planilha de composição de custos, dentre os elementos que podem ser considerados para essa análise, está:

A verificação da carga tributária efetivamente suportada pela empresa, com o objetivo de confirmar se os encargos fiscais informados na proposta são compatíveis com o regime tributário adotado e com a realidade econômico-operacional da atividade desempenhada.

Tal providência será incorporada como medida preventiva de propostas com descontos excessivos que culminaram em inadimplência, bem como ocorrido em processos anteriores de objetos diversos, acarretando

desistência ou inexecução contratual, especialmente quando os custos operacionais e tributários foram subestimados.

Desta forma, juntamente com os documentos supracitados, **será cobrado que a empresa anexe comprovação de Encargos Tributários.**

Deverá conter mais especificações sobre critérios de comprovação no Edital.

### **31. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO**

Declaro, para devidos fins, que a Equipe de planejamento da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações é responsável pela elaboração do presente documento, através do(s) seu(s) representante(s) a abaixo assinalado. E dos representantes dos demais documentos que fazem parte deste estudo técnico preliminar, através dos DFD e documentação da pesquisa de mercado.

### **32. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições do Decreto Municipal nº 017/2024. Explicitamente declaramos que a contratação é viável, justificando com base nos elementos contidos nos Estudos Preliminares.

### **33. APENDICE:**

#### **33.1. APENDICE I– RESUMO DO ETP**

Castanhal/PA, 21 de maio de 2026.

#### **ELABORADO POR:**

**Laura Thayna Martins da Silva**  
Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações  
Matrícula nº 148670-5

#### **PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA POR:**

**Brenno Natalino Silva Rocha**  
Coordenador da Pesquisa de Preço  
Matrícula nº 155479-4

#### **ANALISADO E ACOMPANHADO POR:**

**Tatiana do Socorro Martins da Silva**  
Secretária Municipal de Suprimentos e Licitações  
Decreto nº 003/25

APÊNDICE I – RESUMO DO ETP

DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL		Lei nº 14.133/2021
		Decreto Municipal nº 017/24 de 17 de janeiro de 2024
QUAL O TIPO DE OBJETO?		BEM
		SERVIÇO
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CON- TRATAÇÕES ANUAL?		NÃO
		SIM
QUAL A NATUREZA DO OBJETO?		FORNECIMENTO/SERVIÇO CONTINUADO
		FORNECIMENTO/SERVIÇO NÃO CONTINUADO
QUAL O PERIODO DE ENTREGA?		45 DIAS (PRONTA ENTREGA)
		180 DIAS
		12 MESES
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?		NÃO
		SIM
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?		NÃO
		SIM
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?		NÃO
		SIM
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?		NÃO
		SIM
HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?		NÃO
		SIM
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?		MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO
		REDUÇÃO DOS RISCOS DO TRABALHO
		REDUÇÃO DE CUSTOS
		APROVEITAMENTO DE RECURSOS
		REALIZAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA
		INFRAESTRUTURA ADEQUADA
		MODERNIZAÇÃO
DOS ITENS/ PREÇO E QUANTITATIVO		
COMO SE OBTVEVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	ATRAVÉS DA DIMENSÃO DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO E PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	
MEIOS USADOS NA PESQUISA		BANCO DE PREÇOS
		CONTRATAÇÕES SIMILARES
		FORNECEDORES

**ESTADO DO PARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CASTANHAL**

<b>HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?</b>		NÃO
		SIM
<b>HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?</b>		NÃO
		SIM
<b>A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?</b>		NÃO
		SIM
<b>DA MODALIDADE</b>		
<b>MODALIDADE ESCOLHIDA</b>		PREGÃO
		CONCORRÊNCIA
		LEILÃO
		ADESÃO
		INEXIGIBILIDADE
		DISPENSA DE LICITAÇÃO
<b>PROCEDIMENTO AUXILIAR</b>		SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
<b>TIPO DE LICITAÇÃO</b>		MENOR PREÇO
		MAIOR DESCONTO
		MELHOR TÉCNICA
<b>REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO</b>		
PRAZO DE ENTREGA QUALIDADE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL RESPONSABILIDADE PELA ENTREGA CONFORMIDADE COM AS NORMAS TÉCNICAS ASSISTÊNCIA LOCAL CONFORMIDADE LEGAL		